



Como são nossos parlamentares

Um resumo das principais características das Casas legislativas brasileiras e de seus integrantes em 2007, coligido a partir de informações do projeto Excelências (www.excelencias.org.br).

Janeiro/2008

TransparênciaBrasil

O projeto Excelências. Lançado em agosto de 2006, tendo por alvo as eleições gerais daquele ano, o projeto Excelências (www.excelencias.org.br) rapidamente se transformou em fenômeno eleitoral da Internet, tendo sido visitado por milhões de internautas. Venceu o Prêmio Esso de Reportagem de 2006, na categoria "Melhor contribuição à imprensa". É referência obrigatória para informações sobre parlamentares e Casas legislativas.

O projeto traz informações sobre todos os parlamentares em exercício nas Casas legislativas das esferas federal e estadual, num total de 513 deputados federais, 81 senadores e 1059 deputados estaduais.

Durante o primeiro semestre de 2008, o projeto incorporará dados sobre os integrantes de todas as Câmaras Municipais de capitais de estados.

Os dados informados no Excelências são extraídos de fontes públicas (as próprias Casas legislativas, o Tribunal Superior Eleitoral, tribunais estaduais e superiores, Tribunais de Contas e outras) e de outros projetos mantidos pela Transparência Brasil, como o Às Claras (dados sobre financiamento eleitoral, www.asclaras.org.br) e o Deu no Jornal (noticiário sobre corrupção, www.deunojornal.org.br). O Deu no Jornal é financiado pela Fundação Ford, instituição que, no passado, financiou também o Às Claras.

O projeto conta com financiamento do Fundo para a Democracia das Nações Unidas e é publicado no portal iG.

Este relatório. Preparado por Bianca Vaz Mondo, Guilherme Alpendre, Marcelo Issa e Rodolfo Vianna, sob a coordenação de Fabiano Angélico. Direção de Claudio Weber Abramo.



Sumário

Introdução.....	3
O que se mostra e o que se esconde	3
Patrimônio	5
Custos eleitorais.....	7
Deputados federais.....	10
Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas	10
Concessionários de radiodifusão	12
Ruralistas	15
Sindicalistas	17
Assiduidade.....	17
Uso de verbas de gabinete	21
Senadores.....	27
Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas	27
Concessionários de radiodifusão	27
Ruralistas	28
Deputados estaduais.....	30
Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas	30
Concessionários de radiodifusão	32
Ruralistas	33
Assiduidade.....	35
Uso de verbas de gabinete	36
Distrito Federal	36
Rio Grande do Sul.....	38
São Paulo.....	39
Diárias	41
Espírito Santo	41
Rio Grande do Sul.....	41



Introdução

A coleta sistemática de informações sobre os parlamentares brasileiros efetuada no âmbito do projeto Excelências permite identificar diversos padrões de comportamento e outras características dos políticos eleitos. A coleta de informações sobre aspectos importantes da atividade parlamentar só é possível no caso de algumas poucas Casas legislativas, pois de forma quase geral essas informações não são divulgadas.

Além disso, não há uniformidade na disponibilidade e/ou acessibilidade de informações sobre parlamentares, sejam elas geradas pelas próprias Casas, ou coletadas em outras fontes, como Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas. Com isso, para parlamentares de alguns estados a quantidade de informação é maior do que para os de outros estados.

Para interpretar as informações constantes deste relatório, é importante atentar para o fato de que os dados refletem a composição das Casas legislativas em dezembro de 2007. Como parlamentares renunciam, morrem ou entram (e às vezes voltam) de licença por diferentes motivos, qualquer deputado federal, estadual ou senador que não estava em exercício de seu mandato em dezembro não aparece nas estatísticas.

Este relatório apresenta agregações e resumos de informações que estão publicadas no sítio de Internet do projeto Excelências, nas fichas de cada parlamentar. O processo de atualização do projeto é sujeito a diversos determinantes. Às vezes, as Casas legislativas demoram para atualizar suas informações, de modo que para estas os dados apresentados são defasados no tempo. Outras Casas realizam retificações de informações passadas, o que não é detectado automaticamente. Isso pode levar a disparidades (em geral pequenas). Por fim, desencontros podem decorrer do processo automático de atualização do projeto Excelências, que se dá em períodos determinados para cada Casa legislativa. Como a maioria dos dados básicos para este relatório foi colhida em dezembro de 2007 ou no início de janeiro de 2008, em certos casos pode ter ocorrido de atualizações posteriores, procedidas nas Casas, não terem sido incorporadas. Isso, porém, não altera de modo relevante o quadro geral apresentado aqui.

O que se mostra e o que se esconde

Prestar informações sobre a atividade parlamentar de seus integrantes deveria ser uma obrigação de qualquer Casa legislativa. No Brasil, contudo, poucas fazem isso. Aquela que presta as melhores informações é a Câmara dos Deputados, que sob esse ponto de vista estabelece o padrão contra o qual todos os demais parlamentos devem ser comparados – e não apenas os do Brasil. Poucos parlamentos no mundo divulgam tantas informações quanto a Câmara dos Deputados. Em seu sítio de Internet encontram-se dados sobre presenças dos deputados em comissões e em sessões plenárias, como eles gastam os estipêndios que recebem, para onde e por que viajam e quanto gastam nessas ocasiões.

Já nos estados brasileiros, só uma Casa – a do Rio Grande do Sul – acompanha esse padrão. Nenhuma das demais o faz. Algumas prestam informações limitadas, mas ainda assim são poucas.

É notável observar que as Casas legislativas que omitem informações sobre a atividade de seus integrantes são, ao mesmo tempo, as que mais pesam no bolso do cidadão. Dividindo-se os orçamentos (2007) das Casas pelas populações dos estados (e do país, no caso das Casas federais), determina-se quanto a manutenção dos mandatos parlamentares custa para cada pessoa.¹

Das quinze casas legislativas mais custosas per capita, treze não prestam nenhuma das informações divulgadas pela Câmara dos Deputados. As outras duas exceções desse grupo só divulgam um dos

¹ O panorama completo dos custos das Casas legislativas brasileiras encontra-se no estudo da Transparência Brasil que pode ser baixado do seguinte endereço: www.transparencia.org.br/docs/orca-legislativo.pdf. Outro estudo (www.transparencia.org.br/docs/parlamentos.pdf) estabelece comparações com os Parlamentos de onze outros países, mostrando que as nossas Casas legislativas são as mais caras para o cidadão.



quatro itens. As catorze Casas restantes são um pouco mais transparentes. Duas (a própria Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul) preenchem os quatro requisitos. Cinco publicam ao menos uma das categorias de dados. As outras sete (incluindo-se o Senado Federal) acompanham o padrão majoritário da omissão completa. Em agudo contraste com o que ocorre na Câmara dos Deputados, o Senado não fornece qualquer informação sobre as despesas dos gabinetes dos senadores, para onde viajam, para quê e quanto isso custa. A respeito deles sequer se sabe se comparecem ou não ao trabalho, seja nas sessões plenárias, seja nas comissões.

As quinze Casas que mais pesam no bolso do cidadão

Casa legislativa	Presença em plenário	Presença em comissões	Verba de gabinete	Viagens	Custo per capita (R\$)
Roraima	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	145,19
Acre	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	112,13
Amapá	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	110,23
Distrito Federal	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	99,14
Rondônia	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	67,57
Sergipe	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	65,01
Mato Grosso do Sul	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	63,65
Rio Grande do Norte	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	49,87
Mato Grosso	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	46,24
Santa Catarina	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	40,92
Piauí	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	37,42
Tocantins	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	36,17
Alagoas	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	35,40
Goiás	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	34,62
Amazonas	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	31,42

As demais catorze Casas

Casa legislativa	Presença em plenário	Presença em comissões	Verba de gabinete	Viagens	Custo per capita (R\$)
Rio de Janeiro	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	28,62
Espírito Santo	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	28,51
Rio Grande do Sul	SIM	SIM	SIM	SIM	28,35
Minas Gerais	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	25,51
Paraíba	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	24,13
Paraná	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	22,10
Ceará	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	19,88
Pernambuco	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	19,67
Maranhão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	18,70
Câmara dos Deputados	SIM	SIM	SIM	SIM	18,14
Pará	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	17,69
Senado Federal	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	14,35
Bahia	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	13,95
São Paulo	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	10,63

Outra família importante de informações coletadas no projeto Excelências diz respeito a ocorrências envolvendo os políticos em Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas. Verifica-se que a dificuldade



do acesso a informações também acontece em muitas dessas instituições. A tabela abaixo resume a situação no que diz respeito a consultas a processos que correm na segunda instância dos Tribunais de Justiça e tribunais superiores, acórdãos atingidos por essas cortes e decisões dos TCs. Devido à disparidade que se verifica de estado a estado, pode acontecer ausência de menção a processos em que alguns parlamentares sejam réus ou a punições que sofreram por tribunais de contas.

Unidade	Judiciários		Tribunais de Contas
	2ª Instância	Acórdãos	Decisões
União (*)	SIM	SIM	SIM
AC	SIM	SIM	NÃO
AL	SIM	SIM	NÃO
AM	SIM	SIM	SIM
AP	NÃO	NÃO	NÃO
BA	NÃO	NÃO	NÃO
CE	SIM	SIM	NÃO
DF	SIM	SIM	SIM
ES	SIM	SIM	NÃO
GO	NÃO	SIM	SIM
MA	SIM	SIM	SIM
MG	NÃO	SIM	NÃO
MS	SIM	SIM	NÃO
MT	SIM	SIM	SIM
PA	NÃO	SIM	NÃO
PB	NÃO	SIM	NÃO
PE	SIM	SIM	SIM
PI	NÃO	NÃO	NÃO
PR	SIM	SIM	SIM
RJ	NÃO	SIM	SIM
RN	SIM	SIM	NÃO
RO	SIM	SIM	NÃO
RR	NÃO	SIM	NÃO
RS	SIM	SIM	SIM
SC	SIM	SIM	SIM
SE	SIM	SIM	SIM
SP	NÃO	NÃO	SIM
TO	SIM	SIM	NÃO

Código de cores: **SIM** Há informações completas **SIM** Informações são prestadas às vezes
NÃO Nunca há informações **NÃO** Há informações, mas nunca há detalhes

* No caso da União, "2ª Instância" deve ser entendida como ocorrência de processos nos tribunais superiores (STF, STJ, TSE).

Patrimônio

Desde as eleições de 2002, todos os candidatos a cargos eletivos precisam declarar o seu patrimônio à Justiça Eleitoral. Isso permite estabelecer uma comparação básica entre a renda dos representantes eleitos e a dos eleitores. É o que resume a tabela seguinte, em que o



patrimônio médio dos parlamentares é dividido pelo PIB per capita de cada estado (IBGE, 2005). Na interpretação da tabela, os seguintes aspectos precisam ser levados em conta:

1. Só 27 senadores foram eleitos em 2006. Destes existe no TSE a informação sobre seu patrimônio declarado. Para os eleitos em 2002, buscaram-se os dados (quando existentes) no projeto “Políticos do Brasil” (<http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/politicosdobrasil>).
2. Apesar da obrigatoriedade de prestar declaração de bens, alguns parlamentares deixaram de fazê-lo, ou declararam não possuir nenhum patrimônio. Esses não foram contados no cálculo do patrimônio médio por estado.
3. A divisão do patrimônio médio dos parlamentares de um estado pelo PIB per capita desse estado resulta no número de anos que a média dos cidadãos comuns daquele estado precisaria produzir sem gastar um tostão para atingir o mesmo patrimônio médio.

No Ceará uma pessoa comum precisaria trabalhar durante 1770 anos, sem gastar um centavo, para gerar o equivalente ao patrimônio de seus senadores. Em Alagoas, esse tempo seria um pouquinho menor: 1603 anos, e no Maranhão 751 anos. A tabela completa:

UF	PIB per capita	Senadores (média, R\$)	Patrimônio médio/PIB pc	Deputados federais (média, R\$)	Patrimônio médio/PIB pc	Deputados estaduais (média, R\$)	Patrimônio médio/PIB pc
AC	6.692	143.704	21	492.566	74	447.559	67
AL	4.687	7.514.786	1603	1.242.150	265	567.078	121
AM	10.320	470.393	46	669.608	65	484.875	47
AP	7.344	1.544.087	210	235.815	32	315.763	43
BA	6.583	1.234.278	187	1.223.556	186	676.532	103
CE	5.054	8.945.917	1770	1.963.122	388	572.887	113
DF	34.510	962.007	28	9.089.427	263	851.242	25
ES	13.846	523.687	38	507.786	37	475.062	34
GO	8.992	964.849	107	4.643.894	516	637.583	71
MA	4.150	3.117.633	751	1.176.620	284	1.478.257	356
MG	10.012	2.975.632	297	1.719.630	172	2.137.361	213
MS	9.557	322.477	34	832.661	87	2.257.907	236
MT	13.365	5.025.761	376	576.080	43	811.749	61
PA	5.617	2.914.730	519	1.579.635	281	2.521.360	449
PB	4.690	2.722.927	581	659.462	141	423.557	90
PE	5.931	1.091.141	184	970.652	164	684.775	115
PI	3.700	221.711	60	694.349	188	470.876	127
PR	12.339	1.607.035	130	8.253.693	669	1.123.751	91
RJ	16.052	2.256.002	141	491.160	31	752.437	47
RN	5.948	980.206	165	2.995.539	504	1.032.460	174
RO	8.408	458.502	55	559.813	67	766.599	91
RR	8.123	625.148	77	604.048	74	415.796	51
RS	13.310	390.228	29	586.971	44	442.976	33
SC	14.539	940.940	65	738.986	51	491.090	34
SE	6.821	331.093	49	1.198.834	176	586.898	86
SP	17.977	1.421.050	79	2.366.390	132	206.855	12
TO	6.957	583.723	84	2.417.029	347	504.646	73



Na Câmara dos Deputados, a bancada mais próspera em comparação com a população do estado é a do Paraná. Cada paranaense teria de trabalhar durante 669 anos para gerar riqueza equivalente à média do patrimônio de seus deputados federais. Os representantes de goianos e potiguares possuem riqueza mais de 500 vezes superior ao que um cidadão médio desses estados produz em um ano. Apenas em onze estados é preciso trabalhar menos de 100 anos, sem nenhum gasto, para atingir patrimônio parecido com o de seus representantes na Câmara dos Deputados. No estado que apresenta a menor disparidade, o Rio de Janeiro, a quantidade de anos atinge 31. (Não se computaram nesses cálculos os bens do deputado Camilo Cola do PMDB do Espírito Santo, dono de um patrimônio declarado de quase R\$ 260 milhões.)

A concentração de renda não se limita aos membros do Congresso Nacional, repetindo-se nas representações nas Assembléias Legislativas estaduais. Assim, a riqueza gerada por um cidadão do Pará em um ano é 449 vezes menor do que o patrimônio médio de seus deputados estaduais. No Maranhão, seriam necessários 356 anos para um cidadão gerar um patrimônio igual à média dos deputados estaduais; no Mato Grosso do Sul, 236 anos e, em Minas Gerais, 213. Em outros seis estados - RN, PI, AL, PE, CE e BA -, o período ultrapassa os cem anos. No estado de São Paulo registra-se a menor quantidade de tempo: 12 anos. Agregando-se os números conforme as regiões do país, obtém-se o seguinte quadro (exceção-se os senadores).

Região	PIB per capita (*)	Deputados federais		Deputados estaduais	
		Média	Patrimônio/ PIB pc	Média	Patrimônio/ PIB pc
Norte	6.499	972.115	150	954.664	147
Nordeste	4.927	1.306.759	265	745.308	151
Centro-Oeste	10.393	4.162.960	401	1.087.380	105
Sudeste	12.539	1.663.873	133	939.830	75
Sul	12.080	3.605.593	298	705.488	58

* Relativo a 2004 (Fonte: Contas Regionais do IBGE).

Custos eleitorais

O projeto Excelências traz também informações sobre o financiamento eleitoral destinado aos parlamentares, bem como a quantidade de votos que receberam. Essas informações são recolhidas de outra iniciativa da Transparência Brasil, o projeto Às Claras (www.asclaras.org.br). Agregando-se os dados de financiamento por estado e dividindo-se esse número pela quantidade de votos recebidos pelos candidatos eleitos determina-se quanto custou cada voto para deputado federal (consideram-se apenas os parlamentares em exercício). O quadro, estado a estado, é descrito nas tabelas seguintes. (Evidentemente, não se computam possíveis doações em Caixa 2, as quais, por definição, são secretas e não mensuráveis.)

No caso dos senadores, computaram-se os totais de receitas e de votos recebidos tanto em 2002 (dois eleitos por estado) quanto em 2006 (um eleito por estado), independentemente de os políticos estarem ou não no exercício do mandato. Procedeu-se dessa forma porque senadores são eleitos juntamente com seus suplentes, os quais não recebem diretamente nem doações nem votos. Um senador que se licencie cede lugar a um suplente que não recebeu financiamento e nem sequer foi de fato eleito.

Os 81 senadores eleitos em 2002 e em 2006 declararam doações num total agregado de cerca de R\$ 80 milhões, tendo recebido pouco menos de 122 milhões de votos. A média nacional para o custo por voto em senador eleito foi, portanto, R\$ 0,66. As campanhas eleitorais mais caras para o Senado aconteceram no estado de Roraima, em que o custo por voto foi quase dez vezes



superior à média nacional. Paraná (seis vezes maior do que a média do país) e Maranhão (4,8 vezes). No outro extremo da escala aparecem Goiás, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. (No caso do Amapá, não constam os dados referentes à eleição, em 2002, do ex-senador João Capiberibe, que não estão disponibilizados no TSE.)

Estado	Receitas (R\$)	Votos	Receita/voto (R\$)	Estado	Receitas (R\$)	Votos	Receita/voto (R\$)
RR	489.670	450.013	6,24	AM	1.172.143	2.228.874	1,09
PR	3.096.526	2.128.536	3,79	PE	5.080.674	5.506.935	0,92
MA	3.055.742	1.781.526	3,15	AC	5.264.846	2.262.307	0,79
SC	1.729.000	276.903	2,56	SE	2.514.781	7.344.579	0,58
PB	2.013.864	8.382.707	2,33	SP	3.698.896	10.804.306	0,56
AP	4.487.335	5.692.848	1,94	PA	2.348.333	1.955.144	0,53
RJ	4.846.827	1.891.639	1,72	DF	1.378.693	711.506	0,53
ES	4.274.948	2.710.666	1,58	AL	854.897	271.174	0,41
CE	5.372.968	4.332.274	1,53	GO	1.587.099	6.867.584	0,34
RS	1.912.981	3.436.915	1,45	TO	1.537.255	3.762.499	0,34
BA	7.427.817	12.782.726	1,34	RO	1.683.035	1.100.542	0,24
PI	2.469.401	1.838.716	1,24	MS	4.317.145	26.766.027	0,23
RN	2.238.861	1.968.084	1,20	MG	3.500.189	923.834	0,16
MT	1.894.978	3.595.164	1,14	Total	80.248.904	121.774.028	0,66

Os deputados federais eleitos declararam ter recebido em doação eleitoral um total de R\$ 253 milhões. Como seus votos somaram 52,6 milhões, isso dá, para a média nacional, um custo por voto de R\$ 4,8. Os três estados mais caros sob esse ponto de vista foram Roraima (R\$ 13,9 por voto), Amapá (R\$ 10,8) e Tocantins (R\$ 10,2). Os menos caros foram Amazonas, Paraíba e Maranhão, com custos um pouco superiores a R\$ 2 por voto.

Estado	Receitas (R\$)	Votos	Receita/voto (R\$)	Estado	Receitas (R\$)	Votos	Receita/voto (R\$)
RR	1.261.581	91.045	13,9	AL	3.216.604	716.647	4,5
AP	1.354.210	125.344	10,8	PI	3.699.455	869.659	4,3
TO	2.859.791	280.285	10,2	SE	2.559.694	618.677	4,1
AC	1.512.349	157.244	9,6	RJ	16.640.654	4.264.240	3,9
GO	15.239.334	1.585.052	9,6	PA	7.314.923	2.075.514	3,5
ES	6.385.156	812.066	7,9	RN	3.554.384	1.066.392	3,3
MS	4.729.760	639.149	7,4	BA	13.654.082	4.117.687	3,3
DF	4.350.991	590.284	7,4	RS	10.525.652	3.329.022	3,2
PR	22.456.615	3.302.122	6,8	CE	8.007.248	2.842.178	2,8
MT	3.757.516	598.499	6,3	MA	4.711.000	1.692.610	2,8
PE	15.500.319	2.763.310	5,6	PB	3.631.396	1.374.970	2,6
RO	1.641.486	292.960	5,6	AM	2.002.341	881.292	2,3
SP	55.928.079	10.422.064	5,4	Total	253.114.953	52.587.759	4,8
MG	28.632.562	5.494.679	5,2				
SC	7.987.771	1.584.768	5,0				

A eleição para deputados estaduais custou mais do que o dobro da eleição para deputados federais. Uma receita agregada de R\$ 566 milhões e um total de 134 milhões de votos resultou num custo



médio por voto, nacionalmente, de R\$ 4,2. Também neste caso o estado de Roraima foi o campeão; o voto para cada deputado estadual eleito custou R\$ 37,3. Seguem-se, nesse ranking, Alagoas e Amapá, com custos superiores a R\$ 10 por voto. Os estados em que o voto custou menos entre foram Pará, Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia, entre R\$ 2 e R\$ 3 por voto.

Estado	Receitas (R\$)	Votos	Receita/voto (R\$)
RR	5.766.788	154.438	37,3
AL	7.365.042	384.850	19,1
AP	5.131.410	406.632	12,6
MS	17.831.069	1.843.691	9,7
TO	8.216.079	902.131	9,1
RO	5.669.660	775.847	7,3
AC	3.122.961	445.021	7,0
GO	32.046.341	4.628.136	6,9
RN	17.843.889	2.583.241	6,9
MA	25.789.885	4.074.979	6,3
PR	52.913.062	8.451.461	6,3
DF	9.093.860	1.634.400	5,6
MT	11.433.150	2.074.767	5,5
ES	13.560.061	2.507.796	5,4

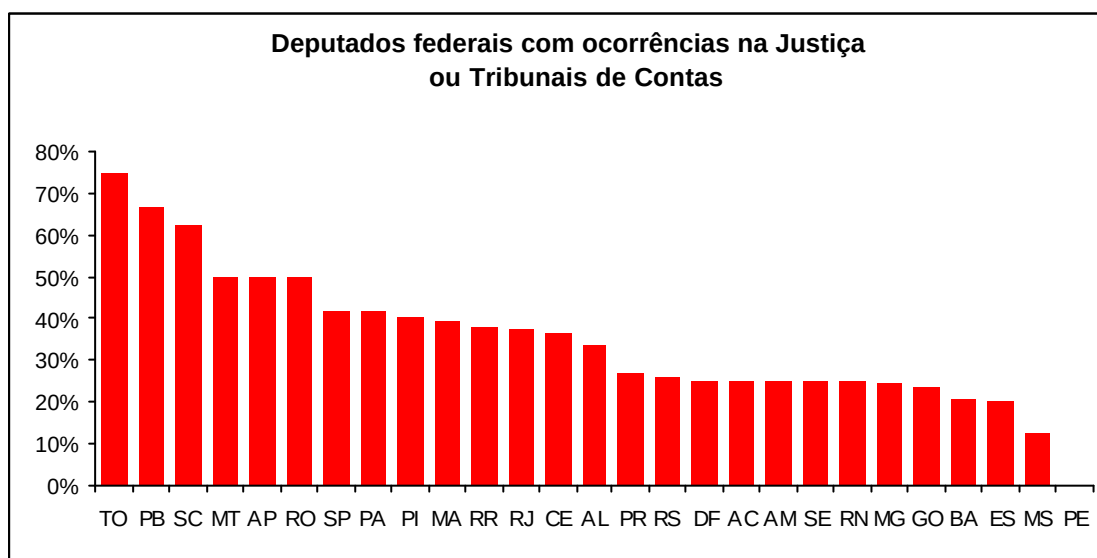
Estado	Receitas (R\$)	Votos	Receita/voto (R\$)
PI	11.310.385	2.537.025	4,5
SE	6.573.217	1.619.095	4,1
PB	12.692.012	3.132.911	4,1
SP	106.716.217	27.265.796	3,9
PE	24.933.784	6.572.178	3,8
MG	55.465.524	15.288.856	3,6
SC	16.662.490	4.854.251	3,4
AM	6.771.868	2.044.661	3,3
RJ	35.988.381	11.054.720	3,3
PA	13.519.091	4.802.879	2,8
RS	20.470.965	7.690.250	2,7
CE	15.928.868	6.541.516	2,4
BA	23.388.741	9.747.886	2,4
Total	566.204.800	134.019.414	4,2



Deputados federais

Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas

Praticamente um terço dos deputados federais apresenta ocorrências na Justiça ou em Tribunais de Contas. Dos 513 parlamentares, 163 estão nessa situação, o que corresponde a 32% dos membros dessa Casa. Com as informações disponíveis em cada estado (as cortes estaduais nem sempre disponibilizam informações sobre processos), Tocantins lidera o ranking, com 75% de seus deputados federais citados, seguido por Paraíba, com 67%, e Santa Catarina, com 63%. Amapá, Rondônia e Mato Grosso têm 50% dos parlamentares nessa situação.



Ranking	UF	Deputados	Com ocorrências	%
1	TO	8	6	75,0
2	PB	12	8	66,7
3	SC	16	10	62,5
4	AP	8	4	50
4	RO	8	4	50
4	MT	8	4	50
7	SP	70	29	41,4
8	PA	17	7	41,2
9	PI	10	4	40
10	MA	18	7	38,9
11	RR	8	3	37,5
12	RJ	46	17	37
13	CE	22	8	36,4
14	AL	9	3	33,3

Ranking	UF	Deputados	Com ocorrências	%
15	PR	30	8	26,7
16	RS	31	8	25,8
17	AC	8	2	25
17	AM	8	2	25
17	SE	8	2	25
17	RN	8	2	25
17	DF	8	2	25
22	MG	53	13	24,5
23	GO	17	4	23,5
24	BA	39	8	20,5
25	ES	10	2	20
26	MS	8	1	12,5
27	PE	25	0	0
Total		513	168	33



A distribuição regional dessas ocorrências é a seguinte:

Região	Deputados	Com ocorrências	%
Norte	65	28	43,1%
Sudeste	179	61	34,1%
Sul	77	26	33,8%
Nordeste	151	42	27,8%
Centro-Oeste	41	11	26,8%

Região	Ranking na região	Ranking no país	%
Norte			
TO	1	1	75
RO	2	4	50
AP	2	4	50
PA	4	8	41,2
RR	5	11	37,5
AC	6	17	25
AM	6	17	25
Sudeste			
SP	1	7	41,4
RJ	2	12	37
MG	3	22	24,5
ES	4	25	20
Sul			
SC	1	3	62,5
PR	2	15	26,7
RS	3	16	25,8

Região	Ranking na região	Ranking no país	%
Nordeste			
PB	1	2	66,7
PI	2	9	40
MA	3	10	38,9
CE	4	13	36,4
AL	5	14	33,3
SE	6	17	25
RN	6	17	25
BA	8	24	20,5
PE	9	27	0
Centro-Oeste			
MT	1	4	50
DF	2	17	25
GO	3	23	23,5
MS	4	26	12,5

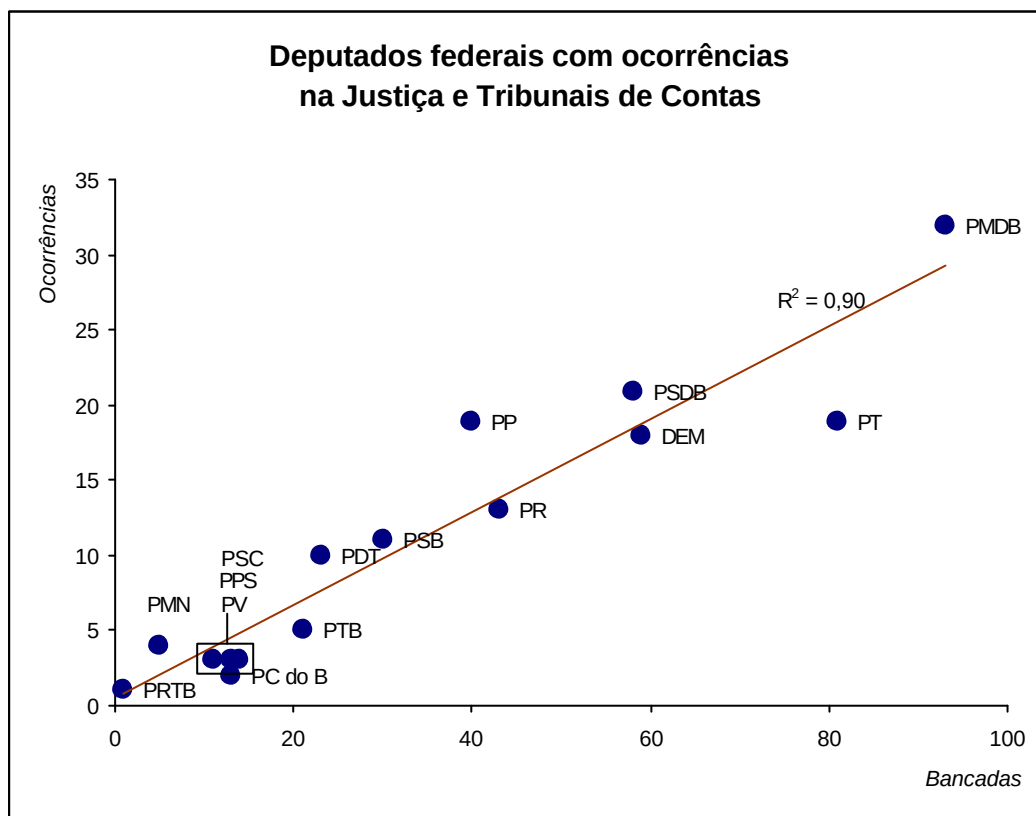
A distribuição dos parlamentares com problemas na Justiça e/ou Tribunais de Contas mostra que não há uma tendência estatística de maior concentração de ocorrências num partido ou noutro. A tabela descreve essa distribuição, bem como o tamanho das bancadas partidárias:

Partido	Bancada	Ocorrências
PMDB	92	32
PSDB	57	21
PT	80	19
PP	40	19
DEM	58	18
PR	42	13
PSB	30	11
PDT	25	10
PTB	20	5
PMN	5	4

Partido	Bancada	Ocorrências
PV	14	3
PPS	14	3
PSC	11	3
PC do B	13	2
PRTB	1	1
PRB	4	0
PSOL	3	0
PHS	2	0
PT do B	1	0
PTC	1	0



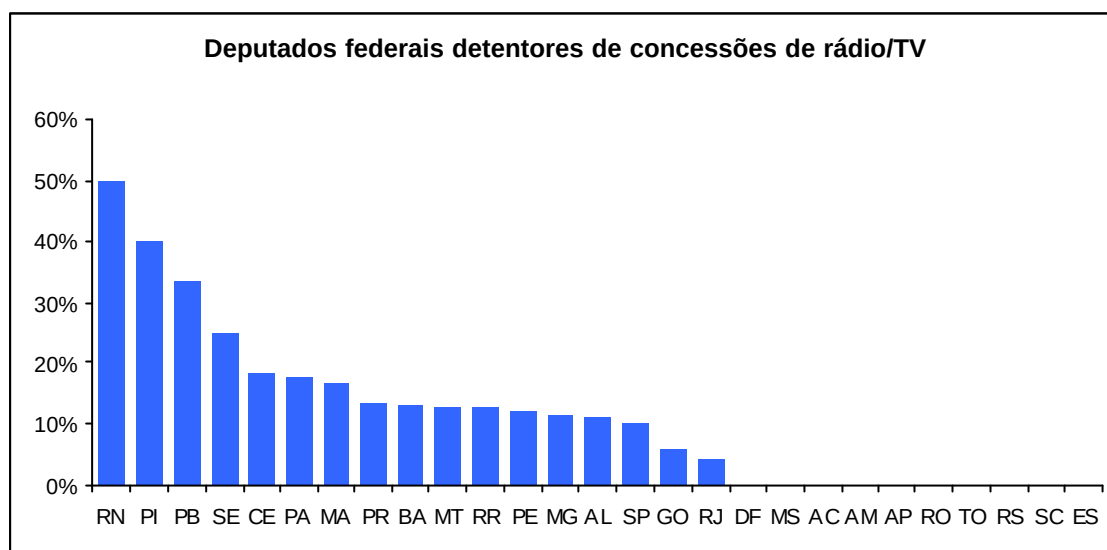
A ausência de algum determinante partidário pode ser visualizada no gráfico seguinte, que relaciona as duas quantidades (omitem-se do gráfico os partidos sem parlamentares com ocorrências). O número $R^2 = 0,90$, indicado no gráfico, é uma medida que descreve (o quadrado da) correlação entre os dois conjuntos de números. Como esse número é muito alto (o máximo que pode atingir é 1), isso significa que não há diferenças significativas entre os partidos no que tange à existência de problemas com a Justiça/Tribunais de Contas. No conjunto geral, todos são basicamente parecidos quanto a isso. Os que mais se afastam da tendência geral são o PP (mais ocorrências) e o PT (menos ocorrências).



Concessionários de radiodifusão

Um total de 55 deputados federais (10,7% da Casa) detêm concessões de radiodifusão, direta ou indiretamente. O Rio Grande do Norte encabeça o ranking de maiores bancadas detentoras de concessões de radiodifusão na Câmara dos Deputados: nada menos de metade de seus integrantes detêm tais concessões. Seguem-se o Piauí, com 40%, e a Paraíba, com 33,3%. As informações foram coletadas junto à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Dos 17 estados que têm representantes detentores de concessões, 9 são do Nordeste.

Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins não têm nenhum deputado federal concessionário.



Ranking	UF	Deputados	Detentores de concessões	%	Ranking	UF	Deputados	Detentores de concessões	%
1	RN	8	4	50,0	15	SP	70	7	10,0
2	PI	10	4	40,0	16	GO	17	1	5,9
3	PB	12	4	33,3	17	RJ	46	2	4,4
4	SE	8	2	25,0	18	DF	8	0	0
5	CE	22	4	18,2	18	MS	8	0	0
6	PA	17	3	17,6	18	AC	8	0	0
7	MA	18	3	16,7	18	AM	8	0	0
8	PR	30	4	13,3	18	AP	8	0	0
9	BA	39	5	12,8	18	RO	8	0	0
10	MT	8	1	12,5	18	TO	8	0	0
10	RR	8	1	12,5	18	RS	31	0	0
12	PE	25	3	12,0	18	SC	16	0	0
13	MG	53	6	11,3	18	ES	10	0	0
14	AL	9	1	11,1	Total				
		513	55	10,7					

A grande maioria (30) dos deputados federais concessionários de radiodifusão foi eleita no Nordeste. O Sudeste é a segunda região do país em número de deputados concessionários, com 15 registros. Sete eleitos em São Paulo aparecem na lista.

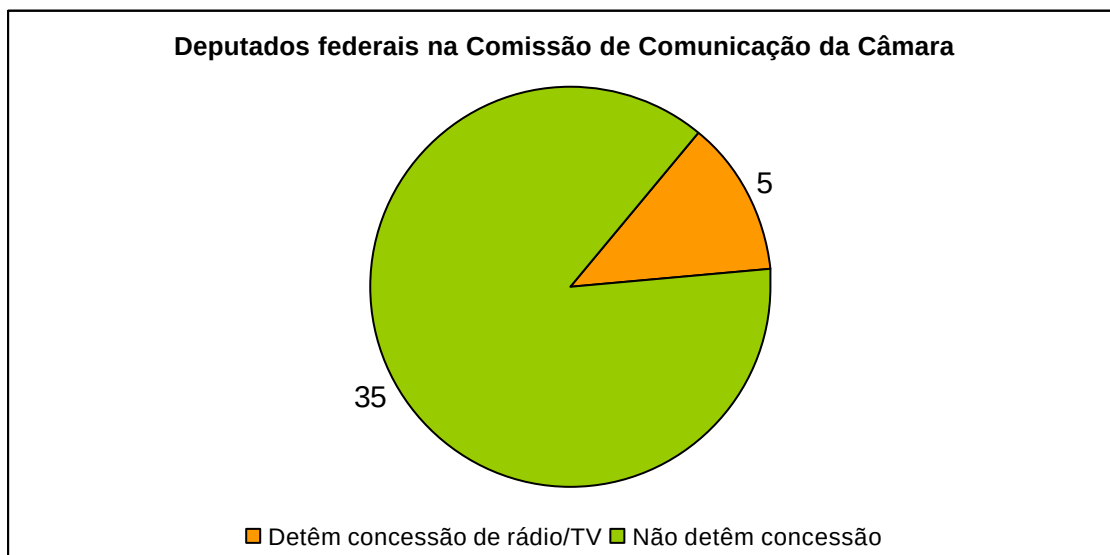
Região	Total de deputados	Detentores de concessões	%
Nordeste	151	30	19,9
Sudeste	179	15	8,4
Norte	65	4	6,2
Sul	77	4	5,2
Centro-Oeste	41	2	4,9



Região	Ranking na região	Ranking no país	%
Nordeste			
RN	1	1	50,0
PI	2	2	40,0
PB	3	3	33,3
SE	4	4	25,0
CE	5	5	18,2
MA	6	7	16,7
BA	7	9	12,8
PE	8	12	12,0
AL	9	14	11,1
Sudeste			
MG	1	13	11,3
SP	2	15	10
RJ	3	17	4,4
ES	4	18	0

Região	Ranking na região	Ranking no país	%
Norte			
PA	1	6	17,6
RR	2	10	12,5
AC	3	18	0
AM	3	18	0
AP	3	18	0
RO	3	18	0
TO	3	18	0
Sul			
PR	1	8	13,3
RS	2	18	0
SC	2	18	0
Centro-Oeste			
MT	1	10	12,5
GO	2	16	5,9
DF	3	18	0
MS	3	18	0

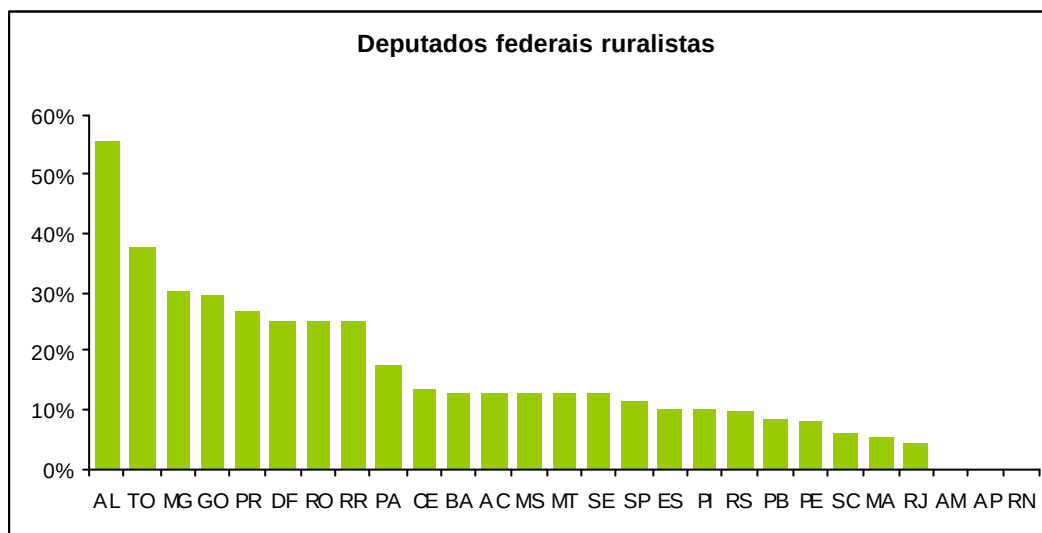
Dos 40 membros titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que discute, entre outros temas, projetos de lei relacionados à radiodifusão, cinco são concessionários de rádio ou TV: José Rocha (PR-BA) – primeiro vice-presidente da comissão –, Beto Mansur (PP-SP), Jader Barbalho (PMDB-BA), Jorginho Maluly (DEM-SP) e Roberto Rocha (PSDB-MA).





Ruralistas

Dos 513 parlamentares da Câmara dos Deputados, 78 (ou 15,2%) podem ser classificados como ruralistas devido a seus interesses na área. A informação sobre se o parlamentar é proprietário rural ou pecuarista é obtida de suas declarações de bens à Justiça Eleitoral, a partir do que eles informam em seus perfis nas respectivas Casas Legislativas e em outras fontes. Considera-se que a pessoa é ruralista se o valor declarado de propriedades/rebanhos corresponde a um percentual relevante de seus bens.



As bancadas estaduais com maior percentual de ruralistas são Alagoas, Tocantins e Minas Gerais. Mais da metade da bancada alagoana é composta por proprietários rurais. Na bancada do Tocantins, o percentual é 37,5%. Entre os deputados eleitos por Minas, 30% são ruralistas. Amazonas, Amapá e Rio Grande do Norte não têm ruralistas nas suas bancadas.

Ranking	UF	Deputados	Ruralistas	%
1	AL	9	5	55,6
2	TO	8	3	37,5
3	MG	53	16	30,2
4	GO	17	5	29,4
5	PR	30	8	26,7
6	DF	8	2	25,0
6	RO	8	2	25,0
6	RR	8	2	25,0
9	PA	17	3	17,6
10	CE	22	3	13,6
11	BA	39	5	12,8
12	AC	8	1	12,5
12	MS	8	1	12,5
12	MT	8	1	12,5
12	SE	8	1	12,5

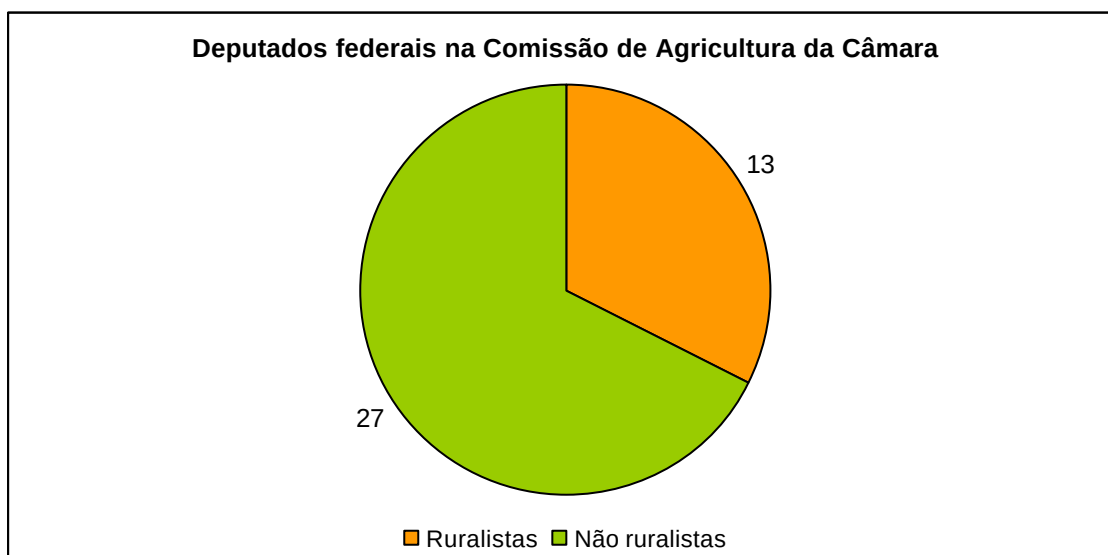
Ranking	UF	Deputados	Ruralistas	%
16	SP	70	8	11,4
17	ES	10	1	10,0
17	PI	10	1	10,0
19	RS	31	3	9,7
20	PB	12	1	8,3
21	PE	25	2	8,0
22	SC	16	1	6,3
23	MA	18	1	5,6
24	RJ	46	2	4,3
25	AM	8	0	0
25	AP	8	0	0
25	RN	8	0	0
Total		513	78	15,2



Regionalmente, a maior bancada ruralista é a do Centro-Oeste:

Região	Total de deputados	Ruralistas	%
<i>Centro-Oeste</i>	41	9	22,0
<i>Norte</i>	65	11	16,9
<i>Sul</i>	77	12	15,6
<i>Sudeste</i>	179	27	15,1
<i>Nordeste</i>	151	19	12,6

A bancada ruralista tem forte presença na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara – dos 40 membros da Comissão, 13 são ruralistas, entre eles o 3º vice-presidente, Dilceu Sperafico (PP-PR). Além de Sperafico, outros quatro titulares da Comissão foram eleitos no Paraná. Os demais são do Rio Grande do Sul (2), Goiás (2), Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais.

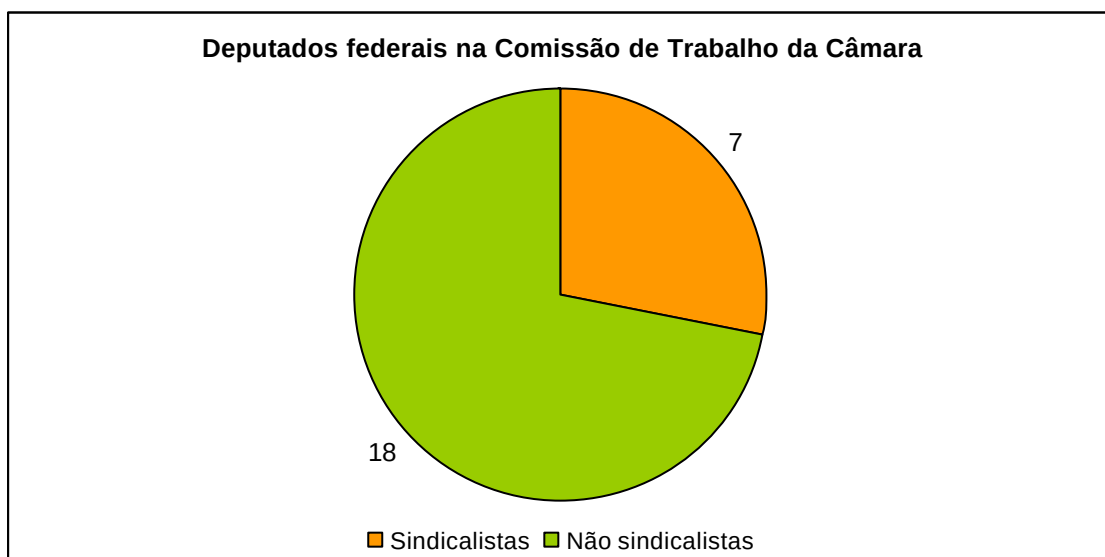


Deputados ruralistas na CAPADR da Câmara		
<i>Dilceu Sperafico</i>	PP-PR	3º vice-presidente
<i>Abelardo Lupion</i>	DEM-PR	Titular
<i>Claudio Diaz</i>	PSDB-RS	Titular
<i>Dagoberto</i>	PDT-MS	Titular
<i>Homero Pereira</i>	PR-MT	Titular
<i>Leonardo Vilela</i>	PSDB-GO	Titular
<i>Luis Carlos Heinze</i>	PP-RS	Titular
<i>Luis Carlos Setim</i>	DEM-PR	Titular
<i>Moacir Micheletto</i>	PMDB-PR	Titular
<i>Nelson Meurer</i>	PP-PR	Titular
<i>Odilio Balbinotti</i>	PMDB-PR	Titular
<i>Paulo Piau</i>	PMDB-MG	Titular
<i>Tatico</i>	PTB-GO	Titular



Sindicalistas

Dos 25 membros titulares da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CETASP) da Câmara dos Deputados, sete são sindicalistas, entre os quais Paulo Rocha (PT-PA), um dos vice-presidentes da Comissão. Os outros seis são Daniel Almeida (PCdoB-AM), Eudes Xavier (PT-CE), Marco Maia (PT-RS), Paulinho da Força (PTB-PA), Roberto Santiago (PV-SP) e Vicentinho (PT-SP).



Assiduidade

Sessões plenárias. O fato de a Câmara dos Deputados publicar mensalmente dados sobre a presença ou ausência de seus integrantes às sessões plenárias permite exercer um monitoramento constante desse importante aspecto da atividade parlamentar.

Entre os estados brasileiros, o que tem a bancada de deputados federais com a maior média de faltas nas sessões plenárias, justificadas ou não, é o Rio Grande do Norte (18,9%). A mais assídua às sessões plenárias é a bancada do Distrito Federal, com média de faltas de 6,1%. A média geral de faltas da Casa é de 12%.

Ranking	UF	Média
1	RN	18,9%
2	AC	17,6%
3	RS	16,3%
4	PI	16,1%
5	AM	16,0%
6	AP	15,5%
7	PE	15,0%
8	PB	14,3%
9	PR	13,5%
10	RR	13,4%

Ranking	UF	Média
11	ES	13%
12	MG	12,8%
13	SE	12,5%
14	PA	12%
15	SP	11,7%
16	BA	11,6%
17	AL	11,4%
18	MT	11%
18	RO	11%
20	MA	10,8%

Ranking	UF	Média
21	SC	10,4%
22	RJ	10,2%
23	CE	10,1%
24	TO	9,8%
25	GO	9,4%
26	MS	8,9%
27	DF	6,1%

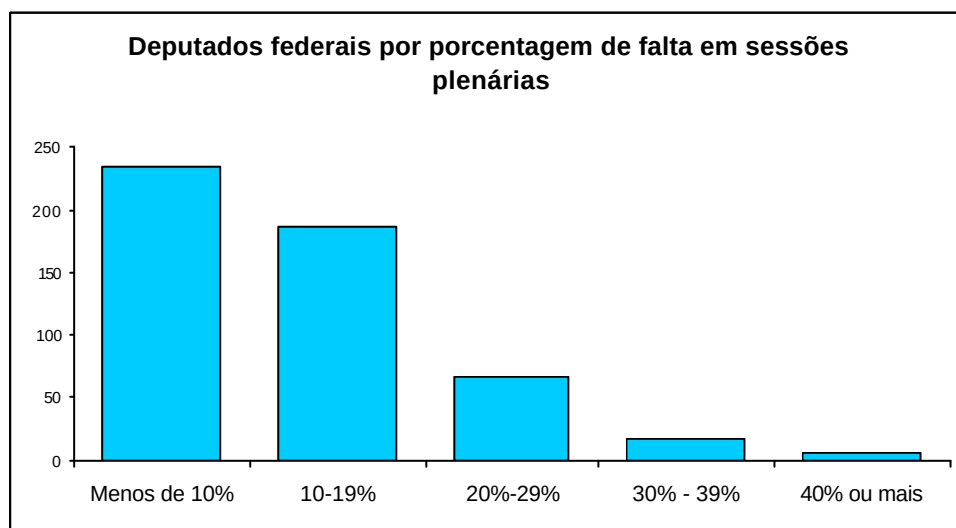


A região Sul do país é a que concentra os deputados federais com a maior média de faltas em sessões plenárias, justificadas ou não. Das 191 sessões realizadas de fevereiro a 21 de dezembro de 2007, os deputados dessa região faltaram a 14,1%, em média.

Região	Faltas (%)
<i>Sul</i>	14,1
<i>Norte</i>	13,4
<i>Nordeste</i>	12,8
<i>Sudeste</i>	11,7
<i>Centro-Oeste</i>	9,0

A tabela seguinte e o respectivo gráfico apresentam a distribuição dos deputados conforme a porcentagem de faltas a sessões plenárias, justificadas ou não.

Porcentagem de faltas em sessões plenárias	Número de deputados (% do total)
<i>40% ou mais</i>	7 (1,4%)
<i>30% – 39%</i>	18 (3,5%)
<i>20% – 29%</i>	67 (13%)
<i>10% – 19%</i>	187 (36,4%)
<i>Menos de 10%</i>	234 (45,6%)



A média geral de faltas não justificadas dos deputados foi de 4,2%, enquanto a de justificadas chegou a 18,8%. Abaixo, a lista dos dez deputados mais faltosos em sessões plenárias em 2007 (pode haver mais de uma sessão plenária no mesmo dia):

Deputado	Sessões (*)	Faltas justificadas	Faltas não justificadas	%
<i>Alberto Silva (PMDB-PI)</i>	191	101	29	68,1
<i>Mussa Demes (DEM-PI)</i>	191	109	1	57,6
<i>Enio Bacci (PDT-RS)</i>	146	49	17	45,2



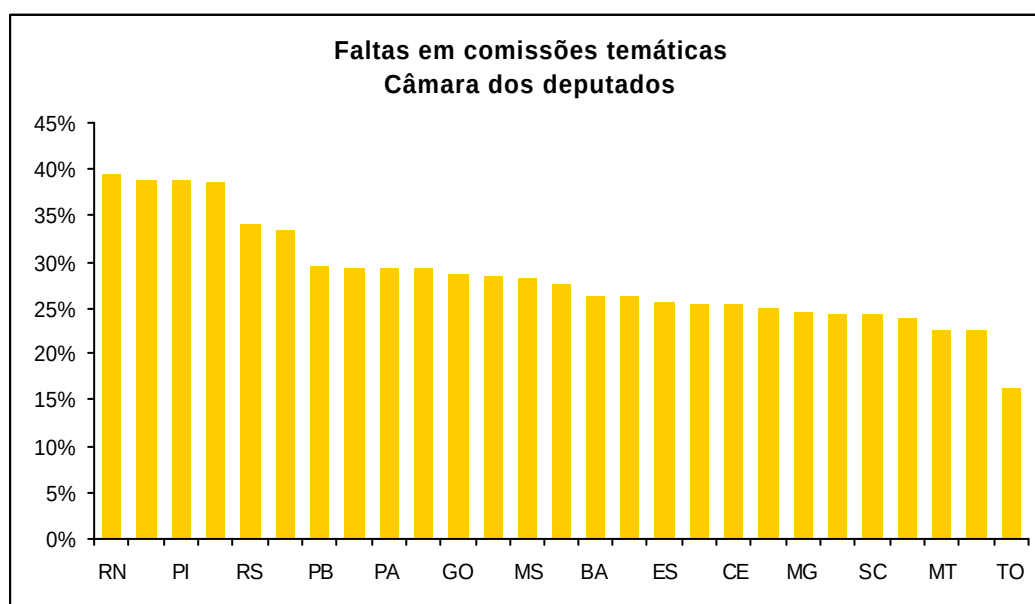
Deputado	Sessões (*)	Faltas justificadas	Faltas não justificadas	%
<i>Claudio Diaz (PSDB-RS)</i>	191	74	6	41,9
<i>Carlos Wilson (PT-PE)</i>	191	68	10	40,8
<i>Jader Barbalho (PMDB-PA)</i>	175	42	28	40,0
<i>Dr. Pinotti (DEM-SP)</i>	80	20	12	40,0
<i>Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)</i>	191	70	3	38,2
<i>Clodovil Hernandez (PR-SP)</i>	191	66	6	37,7
<i>José Santana de Vasconcellos (PR-MG)</i>	191	69	1	36,6

* Para cada deputado, consideram-se as sessões transcorridas em períodos em que ele exercia o mandato.

Embora haja deputados com elevado índice de ausências nas sessões plenárias, a grande maioria é mais assídua. Dos 513 deputados, apenas 15 (cerca de 3%) faltaram a mais de 30% das plenárias. Nove deputados compareceram a todas as sessões. São eles:

Deputado	Sessões
<i>Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)</i>	191
<i>Manato (PDT-ES)</i>	191
<i>Angela Amin (PP-SC)</i>	191
<i>Professor Victorio Galli (PMDB-MT)</i>	46
<i>Jutahy Junior (PSDB-BA)</i>	191
<i>Pedro Fernandes (PTB-MA)</i>	191
<i>B. Sá (PSB-PI)</i>	85
<i>Jofran Frejat (PR-DF)</i>	191
<i>José Genoíno (PT-SP)</i>	191

Sessões das comissões temáticas. Em 2007, os 499 deputados federais que pertencem a alguma comissão temática na Câmara faltaram, em média, a 28% das reuniões realizadas. É nas comissões onde os projetos de lei são estudados e debatidos para, depois, serem levados a votação no plenário. Na maioria das vezes, quando determinado projeto de lei chega ao plenário, os líderes dos partidos já orientaram seus deputados sobre o voto, com base justamente no que se discutiu nas comissões. É nas comissões que os deputados de fato legislam.





Da mesma forma que aconteceu com a assiduidade às sessões plenárias, os deputados da bancada do Rio Grande do Norte foram os campeões em número de faltas nas comissões. Seguem-nos de muito perto os de Alagoas, Piauí e Pernambuco, que rondam os 39% de faltas. Os de Tocantins são os mais assíduos: na média da bancada, faltaram a 16,1% das sessões das comissões.

Ranking	UF	Faltas (%)
1	RN	39,3
2	AL	38,8
2	PI	38,8
4	PE	38,5
5	RS	34,0
6	AP	33,4
7	PB	29,4
8	RO	29,3
8	PA	29,3

Ranking	UF	Faltas (%)
8	MA	29,3
11	GO	28,6
12	RJ	28,5
13	MS	28,3
14	DF	27,5
15	BA	26,3
15	SE	26,3
17	ES	25,7
18	AM	25,5

Ranking	UF	Faltas (%)
18	CE	25,5
20	SP	24,9
21	MG	24,6
22	RO	24,4
23	SC	24,3
24	PR	23,9
25	MT	22,5
26	AC	22,4
27	TO	16,1

A região Nordeste do país é a que concentra os deputados federais com a maior média de faltas em sessões de comissões, justificadas ou não. Os deputados dessa região faltaram a 30,09%, em média.

Região	Faltas (%)
Nordeste	30,9
Sul	28,1
Centro-Oeste	27,2
Norte	26,6
Sudeste	25,8

O deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) é o campeão de faltas. Ele integra a Comissão de Ciência e Tecnologia e não compareceu a nenhuma das reuniões em 2007. Os deputados Fernando Diniz (PMDB-MG), Henrique Alves (PMDB-RN), Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Rodrigo Maia (DEM-RJ) tampouco são facilmente encontrados nas sessões das comissões: cada um deles faltou a mais de 90% das reuniões das comissões a que pertencem.

Deputado	Sessões	Faltas justificadas	Faltas não justificadas	%
Jader Barbalho (PMDB-PA)	61	10	51	100
Fernando Diniz (PMDB-MG)	39	1	37	97,4
Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	16	7	8	93,8
Onyx Lorenzoni (DEM-RS)	44	8	33	93,2
Rodrigo Maia (DEM-RJ)	82	18	57	91,5
Renildo Calheiros (PcdoB-PE)	34	3	27	88,2
Bernardo Ariston (PMDB-RJ)	64	19	36	85,9
Enio Bacci (PDT-RS)	55	22	25	85,5
Carlos Wilson (PT-PE)	41	13	22	85,4
Michel Temer (PMDB-SP)	102	10	76	84,3



Os cinco deputados federais mais assíduos às sessões das comissões a que pertencem são:

Deputado	Sessões	Faltas justificadas	Faltas não justificadas
Luiz Couto (PT-PB)	156	5	0
Eliene Lima (PP-MT)	93	0	2
Professor Victorio Galli (PMDB-MT)	45	0	1
Celso Russomanno (PP-SP)	66	0	1
Hugo Leal (PSC-RJ)	132	0	1

Uso de verbas de gabinete

Cada deputado federal conta com uma verba de R\$ 180 mil por ano (chamada “indenizatória”) que pode usar para pagar aluguéis de comitês em seu estado de origem, contratar comunicação, custear veículos e seus combustíveis, fazer viagens e assim por diante. A justificativa para a existência desse estipêndio é que custearia atividades importantes para o exercício do mandato.

Em 2007, os deputados que estavam em exercício no fim do ano (excluindo-se, portanto, os que se licenciaram durante o período) gastaram quase R\$ 80 milhões com esse tipo de despesa. Conforme o tipo, elas se distribuíram conforme a tabela seguinte:

Categoria (*)	Montante (R\$)	%
Viagens	19.588.913	25%
Combustíveis	16.773.558	21%
Consultorias	12.803.505	16%
Divulgação	12.782.247	16%
Aluguel	11.501.766	14%
Materiais de escritório	5.377.002	7%
Segurança	787.902	1%
Total	79.614.893	

* Algumas destas categorias agregam dados discriminados em tipos separados nas declarações dos deputados.

Alguns deputados não usaram a verba indenizatória ou não a haviam reclamado até 9/1/08. São eles: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Davi Alves Silva Júnior (PDT-MA), Emanuel (PSDB-SP), Fernando Lopes (PMDB-RJ), José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG), José Santana de Vasconcellos (PR-MG), Joseph Bandeira (PT-BA), Juvenil Alves (PRTB-MG), Maurício Quintella (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Paulinho da Força (PDT-SP), Rômulo Gouveia (PSDB-PB), Socorro Gomes (PC do B-PA), Valtenir Luiz Pereira (PSB-MT).

Os gastos com viagens foram os mais expressivos, atingindo quase R\$ 20 milhões no ano. Essas despesas não são aquelas incorridas pelos deputados para deslocamentos entre seus estados de origem e Brasília – estas são pagas pela Câmara dos Deputados separadamente. As viagens pagas com dinheiro da verba indenizatória são para outras finalidades que os deputados afirmam serem relacionadas ao exercício do mandato.

O que esses gastos significam em termos físicos pode ser avaliado pelo seguinte raciocínio. Na aviação comercial brasileira, o custo assento-quilômetro para o



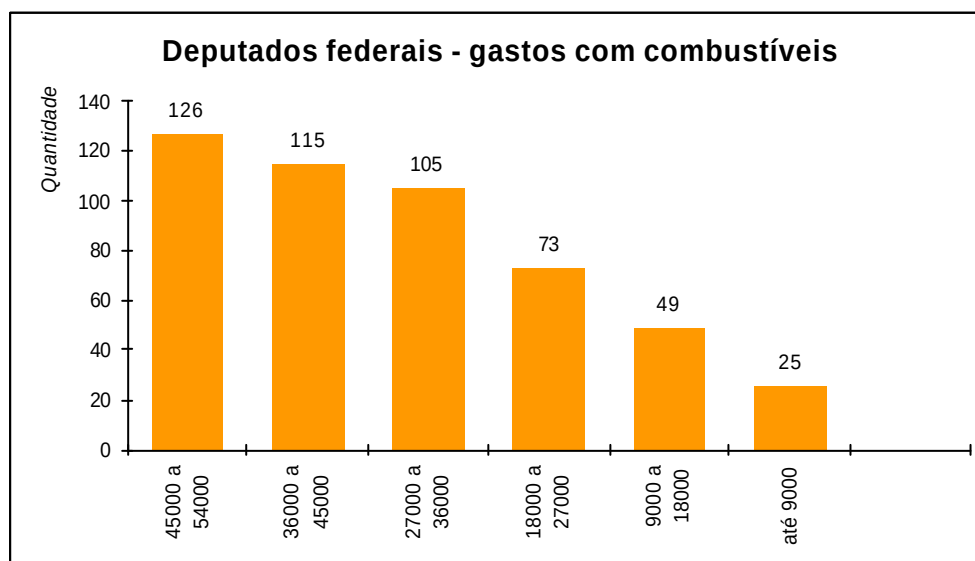
passageiro (RASK) é de cerca de R\$ 0,20.² Isso significa que o dinheiro gasto pelo conjunto dos deputados em viagens seria suficiente para cada um dos 513 deputados percorrer de avião quase 190 mil quilômetros, ou cerca de 5 voltas em torno da Terra (cuja circunferência é de cerca de 40.000 quilômetros).

Seis deputados gastaram com viagens mais de 80% da verba indenizatória que requisitaram (excetua-se da lista Valdemar Costa Neto, do PR-SP, o qual, conforme os registros da Câmara dos Deputados, requisitou a verba num só mês e nesse item). O campeão absoluto foi Mussa Demes (DEM-PI), que gastou toda a sua verba com esse item. A tabela seguinte exhibe os dados desses seis. Além do montante gasto por cada um e da porcentagem que significou de seu gasto total, a tabela traz a quantidade de quilômetros que seria possível percorrer por via aérea com esse dinheiro e o correspondente número de voltas ao redor do planeta.

Deputado	Viagens (R\$)	% sobre o total do deputado	Km	Voltas
Mussa Demes (DEM-PI)	180.000	100	900.000	23
Roberto Rocha (PSDB-MA)	156.255	95	781.275	20
Suely (PR-RJ)	147.359	90	736.797	18
Inocêncio Oliveira (PR-PE)	123.232	88	616.160	15
Luciana Costa (PR-SP) (*)	98.096	86	490.481	12
Darcísio Perondi (PMDB-RS)	150.372	84	751.861	19

* Assumiu o mandato em maio, com morte do deputado Enéas.

Não é só com viagens que os deputados gastam dinheiro. O segundo item mais dispendioso são combustíveis para veículos (automóveis e outros). Nisso a Câmara dos Deputados gastou, em 2007, R\$ 16,7 milhões. Cada deputado pode gastar até R\$ 4.500 por mês com combustíveis. O gráfico seguinte mostra a distribuição quantitativa dos parlamentares de acordo com o que consomem com esse item.



² Esse montante varia conforme a companhia. Usou-se a cifra da TAM para 2007, conforme <https://www.toptam.com.br/Noticias/Noticia.aspx?idNoticia=178>.



O preço médio do litro da gasolina no Brasil é R\$ 2,52. Um automóvel de porte médio em boas condições roda cerca de 11 quilômetros com essa quantidade de gasolina. Isso significa que, com R\$ 1, percorrem-se cerca de 4,4 km. Assim, no agregado geral da Casa, os deputados foram ressarcidos com um montante suficiente para percorrer 73,8 milhões de quilômetros, o que, se fosse dividido por igual entre os 513 parlamentares, resultaria em cerca de 144 mil quilômetros rodados para cada um.

Oito deputados requisitaram o máximo (R\$ 54 mil no ano): Aníbal Gomes (PMDB-CE), Arnon Bezerra (PTB-CE), Armando Abílio (PTB-PB), Wladimir Costa (PMDB-PA), Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), José Linhares (PP-CE), Nelson Marquizezelli (PTB-SP) e Jovair Arantes (PTB-GO). Cada um deles poderia ter dado seis vezes a volta no planeta de automóvel com o dinheiro que receberam para custear combustíveis.

O ressarcimento desse tipo de gastos não se refere apenas a automóveis. Vinte e quatro deputados receberam indenização por gastos com combustíveis para aviões (destes, alguns lançaram valores irrisórios no item, o que deve configurar equívoco). Seis receberam mais de R\$ 10 mil por esse tipo de despesa:

Gastos com combustível de aviação	
Deputado	Montante (R\$)
<i>Eliene Lima (PP-MT)</i>	R\$ 32.256,20
<i>José Rocha (PR-BA)</i>	R\$ 29.713,94
<i>Paulo Magalhães (DEM-BA)</i>	R\$ 27.452,41
<i>Mauro Lopes (PMDB-MG)</i>	R\$ 25.259,66
<i>Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)</i>	R\$ 18.000,00
<i>Wellington Fagundes (PR-MT)</i>	R\$ 10.271,35

Outros 53 receberam valores relativos ao item de gastos com combustíveis para embarcações. A grande maioria lançou valores irrisórios, mas um, Átila Lins (PMDB-AM), recebeu R\$ 22.500. Outros cinco receberam valores entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil.

Os gastos com consultorias (16% do agregado geral) incluem o pagamento de assessorias diversas, incluindo-se de imprensa. Cinco deputados gastaram mais de 70% de suas verbas indenizatórias nesse item:

Deputado	Consultorias (R\$)	% sobre o total do deputado
<i>Aline Corrêa (PP-SP)</i>	148.501	90%
<i>Indio da Costa (DEM-RJ)</i>	144.054	88%
<i>Eunício Oliveira (PMDB-CE)</i>	130.000	77%
<i>Abelardo Lupion (DEM-PR)</i>	130.653	73%
<i>Olavo Calheiros (PMDB-AL)</i>	127.461	71%

Outra categoria de gastos relacionada com a edificação da imagem dos parlamentares é a de divulgação. Diversos deputados gastaram com isso mais de 60% do total das verbas indenizatórias que receberam:



Deputado	Divulgação (R\$)	% sobre o total do deputado
Silas Câmara (PSC-AM)	155.100	86
Betinho Rosado (DEM-RN) (*)	63.390	71
Pinto Itamaraty (PSDB-MA)	113.026	69
Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ)	108.000	67
Felipe Bornier (PHS-RJ)	108.700	67
Lindomar Garçon (PV-RO)	108.644	66
Rodvalho (DEM-DF)	100.070	61
Moacir Micheletto (PMDB-PR)	108.134	61
Pompeo de Mattos (PDT-RS)	108.757	60
Sandra Rosado (PSB-RN)	107.470	60
Fernando Diniz (PMDB-MG)	108.069	60

* Suplente, assumiu o mandato durante o mês de janeiro e depois a partir de agosto.

Aluguéis corresponderam a mais de 50% dos gastos de cinco deputados:

Deputado	Aluguel (R\$)	% sobre o total do deputado
Walter Pinheiro (PT-BA)	106.046	61
Ricardo Berzoini (PT-SP)	97.715	58
Nelson Bornier (PMDB-RJ)	96.000	54
Eliseu Padilha (PMDB-RS)	89.971	55
Paulo Pimenta (PT-RS)	88.808	52

Determinados deputados preferiram descarregar despesas em materiais de escritório, correios e despesas assemelhadas. Quatro deles aplicaram mais de 50% de seus gastos totais nessa categoria:

Deputado	Materiais de escritório (R\$)	% sobre o total do deputado
Alexandre Santos (PMDB-RJ)	118.100	71
Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)	104.131	58
Deley (PSC-RJ)	96.041	58
André de Paula (DEM-PE)	91.044	51

Por fim, a segurança constituiu importante item de despesas para cinco deputados, que aplicaram nela mais de 35% de todos os seus gastos – para dois deles, metade das despesas totais referiu-se a esse item:



Deputado	Segurança (R\$)	% sobre o total do deputado
Edmar Moreira (DEM-MG)	90.600	50
Wilson Braga (PMDB-PB)	76.500	50
Tonha Magalhães (PR-BA)	64.800	39
Gerson Peres (PP-PA)	60.000	37
Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)	42.000	35

A distribuição dos gastos dos deputados por partidos mostra algumas concentrações interessantes. O PMDB é o partido que mais gasta com Combustíveis, Consultorias e Viagens. O PT lidera em Aluguéis, Divulgação e Materiais de escritório. Segurança é o gasto preferido dos integrantes do PR. A tabela completa dos gastos dos partidos é a seguinte:

Partido (*)	Aluguel	Combustíveis	Consultorias	Divulgação	Materiais de escritório	Segurança	Viagens	Totais
DEM	883.746	1.871.009	1.554.488	1.224.488	618.278	123.280	2.770.686	9.045.974
PC do B	334.268	314.104	284.471	498.818	96.240	4.084	558.795	2.090.780
PDT	316.879	783.066	850.185	464.040	226.551	8.112	765.500	3.414.333
PHS	55.439	47.285	19.938	180.870	2.748		21.521	327.802
PMDB	1.864.044	3.210.563	2.260.816	2.427.605	819.005	166.977	3.648.973	14.397.983
PMN	39.644	179.052	290.615	102.900	54.058		131.858	798.128
PP	636.968	1.558.719	966.877	639.353	531.152	112.412	1.913.035	6.358.516
PPS	263.166	449.759	311.348	355.682	194.408	2.927	451.255	2.028.544
PR	734.376	1.373.086	835.438	707.112	282.024	186.334	2.079.570	6.197.940
PRB	92.350	64.415	183.351	35.574	2.513		116.444	494.646
PSB	588.359	973.954	732.917	742.266	291.972	34.680	1.256.933	4.621.081
PSC	231.859	362.429	279.794	398.861	241.105	600	313.475	1.828.123
PSDB	1.632.634	1.752.698	1.515.246	1.203.112	626.689	90.563	2.026.632	8.847.574
PSOL	145.843	43.093	99.405	100.905	33.839		20.376	443.460
PT	2.901.687	2.581.654	1.730.576	2.644.188	1.095.570	30.651	2.180.629	13.164.956
PT do B	25.407	22.422	16.000		5.795		93.921	163.546
PTB	456.307	730.051	441.397	543.207	151.737	27.283	792.584	3.142.565
PTC	49.771	40.234			1.543		52.117	143.665
PV	249.017	415.965	430.643	513.266	101.775		394.610	2.105.276
Totais	11.501.766	16.773.558	12.803.505	12.782.247	5.377.002	787.902	19.588.913	79.614.893

Evidentemente, os números agregados por partido desconsideram os tamanhos das bancadas. Dividindo-se os montantes despendidos pelas bancadas pelo número de seus integrantes, obtêm-se os gastos médios dos parlamentares de cada uma delas. Os partidos com os deputados mais gastadores por categoria são: Aluguel e Combustíveis: PTC; Consultorias: PRB; Divulgação: PHS; Materiais de escritório: PSC; Segurança: PR; e Viagens: PT do B.

A classificação das despesas conforme as bancadas estaduais acompanha o número de deputados dos estados. Como é natural, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, que têm as maiores bancadas, gastam mais dinheiro no agregado. Dividindo-se os montantes gastos pelos parlamentares de cada estado pelo número de suas respectivas



bancadas, obtêm-se o quadro do custo médio por parlamentar daquele estado. É isso o que mostra a tabela seguinte:

Estado	Aluguel	Combustíveis	Consultorias	Divulgação	Materiais de escritório	Segurança	Viagens	Totais
AC	24.275	43.535	21.645	25.592	8.392	220	43.216	166.876
AL	4.999	38.404	35.947	1.469	5.866	1.944	52.564	141.192
AM	10.933	38.267	14.159	49.502	3.753	0	45.869	162.483
AP	11.652	32.947	11.617	17.811	8.288	3.309	78.996	164.620
BA	25.644	34.306	22.572	27.156	5.438	2.482	47.896	165.495
CE	19.497	34.149	28.874	24.908	13.364	184	46.996	167.971
DF	12.475	28.491	35.848	33.396	5.792	0	26.944	142.946
ES	18.230	32.481	24.291	29.228	10.031	60	29.573	143.894
GO	18.339	43.557	25.460	42.360	5.909	0	27.768	163.394
MA	13.105	26.380	32.164	20.685	7.748	52	55.788	155.921
MG	24.301	35.868	19.870	28.265	13.866	3.790	28.905	154.866
MS	19.487	41.273	13.904	21.382	6.612	0	65.480	168.137
MT	18.410	34.798	20.914	6.517	10.014	356	27.480	118.489
PA	24.450	34.394	15.587	24.203	5.268	3.889	54.513	162.304
PB	4.839	33.156	23.917	36.252	2.645	7.028	30.498	138.335
PE	21.202	31.923	29.118	5.929	11.123	1.288	49.184	149.768
PI	13.581	33.884	14.075	10.427	3.914	421	82.421	158.723
PR	24.856	31.605	21.554	30.161	11.513	3.098	35.006	157.793
RJ	26.355	24.429	29.087	27.113	17.829	998	28.388	154.200
RN	10.143	33.518	14.217	50.063	10.674	2.722	35.082	156.418
RO	10.499	40.395	19.218	50.673	11.016	0	34.655	166.456
RR	21.905	42.405	17.351	48.563	2.712	14	32.209	165.158
RS	33.717	32.391	22.186	26.531	11.654	899	28.880	156.258
SC	23.309	35.496	33.783	18.805	15.448	118	36.324	163.283
SE	7.579	34.293	47.941	8.787	11.678	1.610	54.832	166.720
SP	31.573	26.261	30.010	16.464	12.366	655	24.974	142.302
TO	13.133	42.071	23.481	31.766	4.177	0	53.094	167.722
Totais	22.421	32.697	24.958	24.917	10.481	1.536	38.185	155.195

As três bancadas com os deputados mais gastadores em cada categoria são:

Aluguel – Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro;

Combustíveis – Goiás, Acre e Roraima;

Consultorias – Sergipe, Alagoas e Distrito Federal;

Divulgação – Rondônia, Rio Grande do Norte e Amazonas;

Materiais de escritório – Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais;

Segurança – Paraíba, Pará e Minas Gerais;

Viagens – Piauí, Amapá e Mato Grosso do Sul.



Senadores

Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas

Dos 81 senadores, 30 (37%) têm ocorrências na Justiça e/ou Tribunais de Contas. Onze deles estão na região Norte, representando 42,9% dos eleitos nessa região. Em Rondônia, todos os três senadores são citados em algum processo na Justiça ou em Tribunais de Contas. No Nordeste do país eles são 11 (40,7% do total).

UF	Senadores com ocorrências
AL	1
AP	1
CE	1
DF	1
ES	1
GO	2
MA	1
MG	1

UF	Senadores com ocorrências
MT	1
PA	1
PB	2
PE	1
PI	2
RJ	1
RN	2
RO	3

UF	Senadores com ocorrências
RR	2
RS	1
SC	2
SE	1
TO	2
Total	30

A distribuição por regiões indica a Norte e a Nordeste como as mais afetadas:

Região	Senadores	Com ocorrências	%
Norte	21	9	42,9
Nordeste	27	11	40,7
Centro-Oeste	12	4	33,3
Sul	9	3	33,3
Sudeste	12	3	25,0

Concessionários de radiodifusão

O Senado é a Casa Legislativa brasileira com o maior número proporcional de detentores de concessões de rádio e TV – no total são 23 senadores, ou 28,4% do total da casa. A maior concentração acontece entre os representantes do Nordeste, dos quais 14 detêm concessões de radiodifusão, correspondendo a 51,9% dos senadores nordestinos e a 17,2% do total de senadores do país.

UF	Senadores concessionários
AL	2
AP	1
BA	2
CE	1
DF	1

UF	Senadores concessionários
MA	2
MG	2
MT	1
PB	2
PI	2

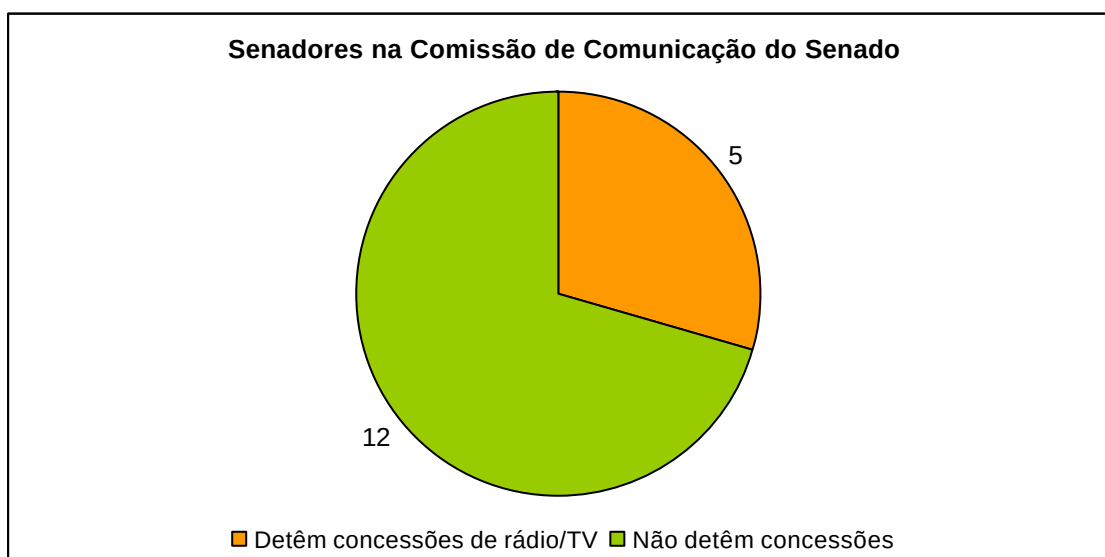
UF	Senadores concessionários
RN	2
RR	2
SC	2
SE	1
Total	23



A distribuição regional é:

Região	Senadores	Concessionários	%
Nordeste	27	14	51,9
Sul	9	2	22,2
Sudeste	12	2	16,7
Centro-Oeste	12	2	16,7
Norte	21	3	14,3

Dos 17 senadores titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado, cinco são detentores de concessões: ACM Junior (DEM-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), João Tenório (PSDB-AL), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Wellington Salgado (PMDB-MG). Também concessionários, o líder do governo em 2007, Romero Jucá (PMDB-RR), e o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), eram suplentes na comissão em dezembro.



Ruralistas

O Senado tem 12 legisladores ruralistas, com destaque para os parlamentares da região Sul. Dos nove senadores dessa região do país, quatro são ruralistas – dois de Santa Catarina e dois do Paraná. A segunda maior bancada ruralista é a da região Norte, seguida das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

UF	Ruralistas
AL	1
BA	1
GO	1
MT	1

UF	Ruralistas
PR	2
RO	1
RR	1
SC	2

UF	Ruralistas
TO	2
Total	12



Região	Senadores	Ruralistas	%
<i>Sul</i>	9	4	44,4
<i>Norte</i>	21	4	19,0
<i>Centro-Oeste</i>	12	2	16,7
<i>Nordeste</i>	27	2	7,4

Os senadores ruralistas têm forte presença na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) da Casa, em que se discutem projetos de lei de interesse desse segmento. A Comissão é formada por 17 membros titulares. Além de controlarem a presidência (Neuto de Conto) e a vice-presidência (Expedito Junior), três outros senadores ruralistas têm assento na Comissão: Kátia Abreu, Leomar Quintanilha e Osmar Dias. Dos outros sete ruralistas do Senado, quatro são suplentes na Comissão de Agricultura: João Durval (PDT-BA), João Tenório (PSDB-AL), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Raimundo Colombo (DEM-SC).

Álvaro Dias (PSDB-PR), Jayme Campos (DEM-MT) e Mozarildo Cavalcanti (PR-RR) são os únicos ruralistas fora da CRA.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária		
<i>Neuto de Conto</i>	PMDB-SC	Presidente
<i>Expedito Junior</i>	PR-RO	Vice-presidente
<i>Kátia Abreu</i>	DEM-TO	Titular
<i>Leomar Quintanilha</i>	PMDB-TO	Titular
<i>Osmar Dias</i>	PDT-PR	Titular

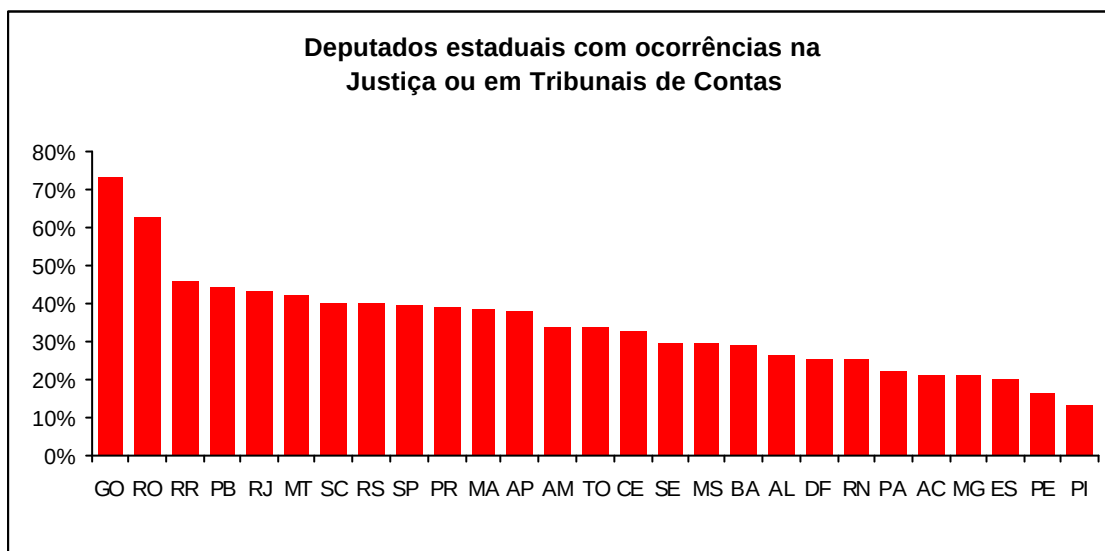




Deputados estaduais

Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas

Pelo menos um terço dos deputados estaduais de 15 das 27 Casas Legislativas estaduais têm pendências com a Justiça ou com Tribunais de Contas.



Em Goiás eles são nada menos que 73% e em Rndônia são 62,5%. Em seis outras Casas legislativas – Roraima, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – o número de deputados estaduais com esse tipo de problema é de ao menos 40%.

Ranking	UF	Deputados	Com ocorrências	%
1	GO	41	30	73,2
2	RO	24	15	62,5
3	RR	24	11	45,8
4	PB	36	16	44,4
5	RJ	70	30	42,9
6	MT	24	10	41,7
7	SC	40	16	40,0
7	RS	55	22	40,0
9	SP	94	37	39,4
10	PR	54	21	38,9
11	MA	42	16	38,1
12	AP	24	9	37,5
13	AM	24	8	33,3
13	TO	24	8	33,3
15	CE	46	15	32,6

Ranking	UF	Deputados	Com ocorrências	%
16	SE	24	7	29,2
16	MS	24	7	29,2
18	BA	63	18	28,6
19	AL	27	7	25,9
20	DF	24	6	25,0
20	RN	24	6	25,0
22	PA	41	9	22,0
23	AC	24	5	20,8
23	MG	77	16	20,8
25	ES	30	6	20,0
26	PE	49	8	16,3
27	PI	30	4	13,3
Total		1059	363	34,3



Região	Deputados	Com ocorrências	%
<i>Centro-Oeste</i>	113	53	46,9
<i>Sul</i>	149	59	39,6
<i>Norte</i>	185	65	35,1
<i>Sudeste</i>	271	89	32,8
<i>Nordeste</i>	341	97	28,4

Região	Ranking na região	Ranking no país	%
<i>Centro-Oeste</i>			
GO	1	1	73,2
MT	2	6	41,7
MS	3	16	29,2
DF	4	20	25,0
<i>Sul</i>			
SC	1	7	40,0
RS	1	7	40,0
PR	3	10	38,9
<i>Norte</i>			
RO	1	2	62,5
RR	2	3	45,8
AP	3	12	37,5
AM	4	13	33,3
TO	4	13	33,3
PA	5	22	22,0
AC	6	23	20,8

Região	Ranking na região	Ranking no país	%
<i>Sudeste</i>			
RJ	1	5	42,9
SP	2	9	39,4
MG	3	23	20,8
ES	4	25	20,0
<i>Nordeste</i>			
PB	1	4	44,4
MA	2	11	38,1
CE	3	15	32,6
SE	4	16	29,2
BA	5	18	28,6
AL	6	19	25,9
RN	7	20	25,0
PE	8	26	16,3
PI	9	27	13,3

Da mesma forma como ocorre com as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, não há entre os deputados estaduais alguma tendência muito marcada de parlamentares de alguns partidos determinados apresentarem mais ou menos ocorrências na Justiça ou Tribunais de Contas. A tabela seguinte expõe as distribuições partidárias dos deputados estaduais quanto a isso:

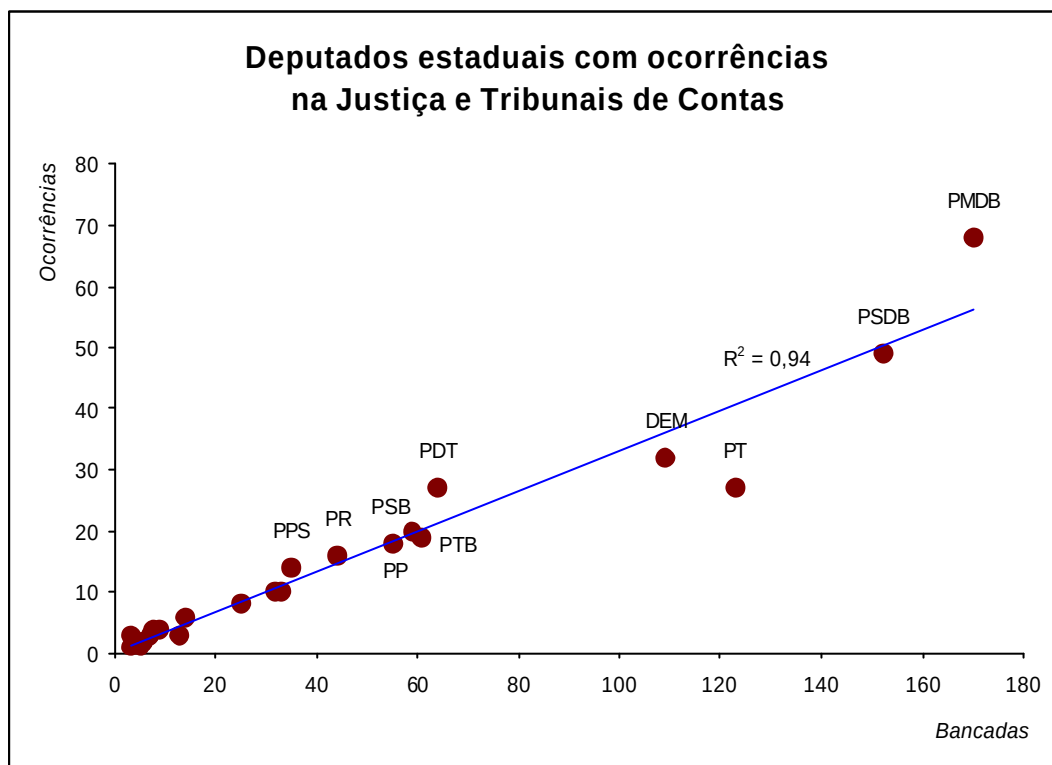
Partido	Total
PMDB	68
PSDB	49
DEM	32
PDT	27
PT	27
PSB	20
PTB	19
PP	18
PR	16

Partido	Total
PPS	14
PMN	10
PV	10
PSC	8
PT do B	6
PRP	4
PSL	4
PC do B	3
PHS	3

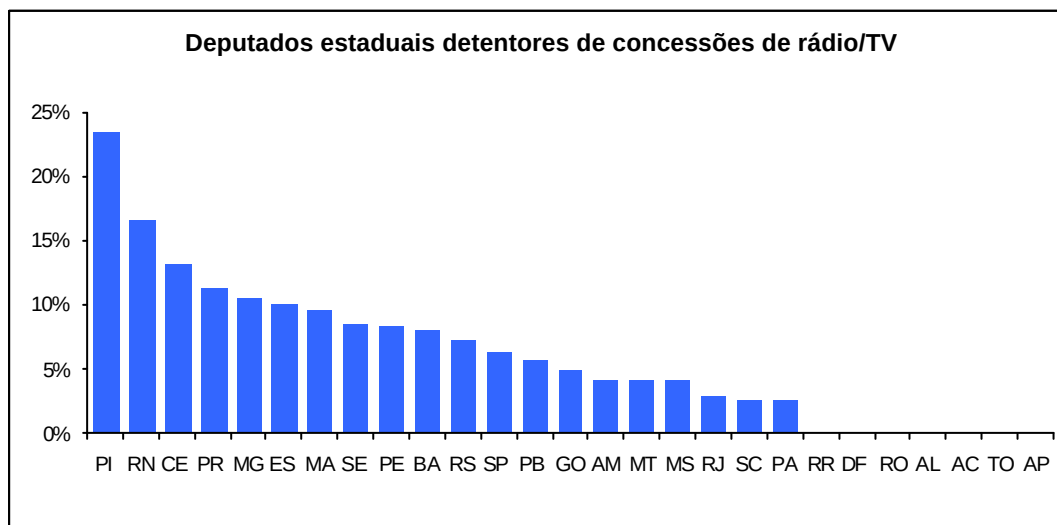
Partido	Total
PSDC	3
Sem Partido	3
PAN	2
PRB	2
PRTB	2
PTC	2
PL	1
PSOL	1



O gráfico relacionando os tamanhos das bancadas dos partidos e a quantidade de parlamentares estaduais com ocorrências é semelhante ao verificado na Câmara dos Deputados. O número $R^2 = 0,94$, indicado no gráfico, é uma medida que descreve (o quadrado da) correlação entre os dois conjuntos de números. Como esse número é muito alto (o máximo que pode atingir é 1), isso significa que não há diferenças significativas entre os partidos no que tange à existência de problemas com a Justiça/Tribunais de Contas. Afastam-se um pouco da tendência geral o PMDB (mais ocorrências) e o PT (menos ocorrências).



Concessionários de radiodifusão



Entre as Casas Legislativas das 27 unidades da federação, 20 têm ao menos um deputado que detém concessão de rádio ou TV. Em sete Assembléias, pelo menos 10% dos deputados são



concessionários. As Casas legislativas do Piauí (23% dos seus deputados estaduais), Rio Grande do Norte (24%) e Ceará (13%) são aquelas com maior presença de deputados nessas condições. No agregado nacional, os deputados estaduais concessionários de rádio/TV correspondem a 6,6% do total.

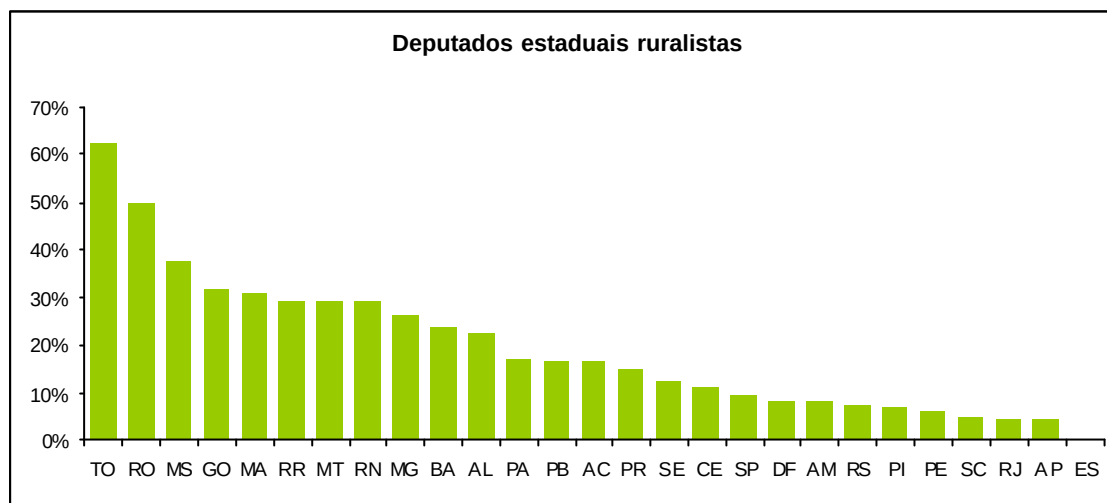
Ranking	UF	Deputados	Detentores de concessões	%	Ranking	UF	Deputados	Detentores de concessões	%
1	PI	30	7	23,3	15	AM	24	1	4,2
2	RN	24	4	16,7	15	MT	24	1	4,2
3	CE	46	6	13,0	15	MS	24	1	4,2
4	PR	55	6	11,1	18	RJ	70	2	2,9
5	MG	77	8	10,4	18	SC	40	1	2,5
5	ES	30	3	10,0	20	PA	41	1	2,4
5	MA	42	4	9,6	21	AL	27	0	0
8	SE	24	2	8,3	21	AC	24	0	0
8	PE	49	4	8,2	21	AP	24	0	0
8	BA	63	5	7,9	21	DF	24	0	0
11	RS	55	4	7,3	21	RO	24	0	0
12	SP	94	6	6,4	21	RR	24	0	0
12	PB	36	2	5,6	21	TO	24	0	0
14	GO	41	2	4,9	Total		1059	70	6,6

A distribuição regional é a seguinte:

Região	Deputados	Detêm concessões	%
Nordeste	341	34	10,0
Sul	149	11	7,4
Sudeste	271	19	7,0
Centro-Oeste	113	4	3,5
Norte	185	2	1,1

Ruralistas

Nas Assembléias Legislativas de Tocantins e Rondônia, mais de metade dos deputados são ruralistas. Na Casa tocantinense, 15 dos 24 parlamentares são proprietários de terras ou pecuaristas. Em Rondônia, eles são 12. O único estado que não tem ruralistas na AL é o Espírito Santo. No agregado de todas as Assembléias Legislativas, os ruralistas são 17,5%.



Ranking	UF	Deputados	Ruralistas	%
1	TO	24	15	62,5
2	RO	24	12	50,0
3	MS	24	9	37,5
4	GO	41	13	31,7
5	MA	42	13	31,0
6	RR	24	7	29,2
6	MT	24	7	29,2
6	RN	24	7	29,2
9	MG	77	20	26,0
10	BA	63	15	23,8
11	AL	27	6	22,2
12	PA	41	7	17,1
13	PB	36	6	16,7
13	AC	24	4	16,7

Ranking	UF	Deputados	Ruralistas	%
15	PR	54	8	14,8
16	SE	24	3	12,5
17	CE	46	5	10,9
18	SP	94	9	9,6
19	DF	24	2	8,3
19	AM	24	2	8,3
21	RS	55	4	7,3
22	PI	30	2	6,7
23	PE	49	3	6,1
24	SC	40	2	5,0
25	RJ	70	3	4,3
26	AP	24	1	4,2
27	ES	30	0	0
Total		1059	185	17,5

Líder no Centro-Oeste, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso tem sete deputados ruralistas. No Nordeste, a Casa com maior número de parlamentares ruralistas é o Maranhão. No Sudeste, destaque para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que conta com 20 proprietários de terras entre seus 77 deputados. No Sul, o líder Paraná é o 15º no ranking nacional.

Região	Deputados	Ruralistas	%
<i>Centro-Oeste</i>	113	31	27,4
<i>Norte</i>	185	48	25,9
<i>Nordeste</i>	341	60	17,6
<i>Sudeste</i>	271	32	11,8
<i>Sul</i>	149	14	9,4



Assiduidade

Sessões plenárias. Entre as 27 Casas legislativas estaduais, apenas as de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (desde maio) e Sergipe informam a frequência dos deputados às sessões plenárias. Em todos os outros estados, o cidadão não pode acompanhar a assiduidade de seus representantes eleitos. Pernambuco é onde os deputados estaduais, em média, faltaram mais: 26%. As médias são calculadas dividindo-se o número total de faltas no ano pelo produto entre o número de sessões deliberativas e o número total de deputados.

Assembléia Legislativa	Média de faltas em sessões plenárias (%)
Pernambuco	26,6
Sergipe	17,7
Rio Grande do Sul	12,8
Rio de Janeiro	4,0

Os deputados mais faltosos nesses estados são (as porcentagens de faltas é calculada sobre o total de sessões em que os deputados não estavam de licença, quando essa informação é prestada pela Casa):

Deputados	Ausências (%)	Deputados	Ausências (%)
Pernambuco		Rio de Janeiro	
Lourival Simões (PR)	45	Walney Rocha (PAN)	23
João Negromonte (PMDB)	45	Fábio Silva (PMDB)	18
Elina Carneiro (PSB)	43	Marcos Abrahão (PSL)	13
Elias Lira (DEM)	42	André do Pv (PV)	11
Marcantônio Dourado (PTB)	41	Renata do Posto (PAN)	11
Rio Grande do Sul		Sergipe	
Mano Changes (PP)	30	João da Graças (PTdoB)	45
Berfran Rosado (PPS)	27	Luiz Mitidieri (PSDB)	38
Gilmar Sossella (PDT)	26	Gilmar Carvalho (PSB)	36
Abílio dos Santos (PTB)	24	Paulinho da Varzinhas (PTdoB)	35
Dionilso Marcon (PT)	23	Tânia Soares (PCdoB)	24

Sessões das comissões temáticas. Entre as Assembléias Legislativas, somente a do Rio Grande do Sul informa organizadamente a frequência dos deputados às sessões das comissões temáticas. Em 2007, até outubro, dos 55 deputados estaduais gaúchos, quase a metade (25) faltou (justificadamente ou não) a mais de 30% das reuniões das comissões a que pertencem. Entre os cinco campeões de faltas em comissões estão três dos recordistas de faltas no plenário: Abílio dos Santos, Berfran Rosado e Mano Changes:

Deputados	Ausências (%)
Abílio dos Santos (PTB)	90
Berfran Rosado (PPS)	73
Mano Changes (PP)	62
Elvino Gass (PT)	59
Paulo Brum (PSDB)	58



Uso de verbas de gabinete

A regra quase geral no Brasil é que as Casas legislativas estaduais omitam informações sobre como os seus integrantes gastam as verbas que recebem em seus gabinetes (chamadas de “indenizatórias”, porque são recebidas a posteriori como “indenização” de despesas realizadas). A existência de tais verbas é justificada pela alegação de que seriam essenciais para o exercício do mandato parlamentar. Na verdade, são usadas para pagar o aluguel de comitês, gasolina, publicidade do parlamentar e outras despesas destinadas a incrementar as suas chances de reeleição. Informam tais despesas a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as ALs do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Distrito Federal

No DF, a última atualização disponível no sítio da Câmara Distrital (em 9.jan.2008) corresponde ao mês de outubro de 2007. Os deputados distritais que estavam em exercício no final do ano gastaram até esse mês um total de R\$ 2,203 milhões, distribuídos através das seguintes categorias de despesas:

Categoria	Montante (R\$) (até 10/07)	%
<i>Combustíveis/lubrificantes</i>	721.922	33%
<i>Assessoria/Consultoria</i>	482.599	22%
<i>Divulgação</i>	432.241	20%
<i>Aluguel de imóvel</i>	321.858	15%
<i>Veículo</i>	148.915	7%
<i>Máquinas e equipamentos</i>	53.882	2%
<i>Outros</i>	50.534	2%
Total	2.202.639	

O item mais significativo de custos incorridos pelos deputados distritais é aquele correspondente a combustíveis (um terço das despesas). O preço médio do litro da gasolina no Brasil é R\$ 2,52. Um automóvel de porte médio em boas condições roda cerca de 11 quilômetros com um litro de gasolina. Isso significa que, com R\$ 1, roda-se cerca de 4,4 km. Por outro lado, a distância da ponta da Asa Sul à ponta da Asa Norte é de 13,5 km. Isso significa que os R\$ 722 mil que os deputados distritais gastaram em conjunto até o mês de outubro teriam sido suficientes para percorrer Brasília de uma extremidade a outra nada menos de 235.293 vezes. Isso dá uma média de 49 viagens desse tipo por deputado (eles são 24 no DF) por dia útil. Considerando-se que uma viagem de ida e volta ao longo das asas demora cerca de 1 hora, disso resulta que as 24 horas de cada dia, todos os dias úteis do ano, seriam gastas pelos deputados nesse trânsito para que eles conseguissem gastar tanto dinheiro com combustíveis.

Esses são números médios. Na verdade, metade dos dispêndios com gasolina deveriam-se a apenas cinco deputados distritais. O mais gastador deles, Wilson Lima, realizaria cerca de 70 dessas viagens de ida e volta a cada dia útil, no que gastaria outro tanto de horas.



Combustíveis/lubrificantes	50% do total da categoria
<i>Wilson Lima</i>	87.682
<i>Berinaldo Pontes</i>	75.777
<i>Brunelli</i>	74.750
<i>Batista das Cooperativas</i>	69.793
<i>Luzia de Paula</i>	49.812

Em segundo lugar no volume de dinheiro consumido pelos deputados distritais vêm as assessorias e as despesas com divulgação. Conjuntamente, esses dois itens de custos, basicamente dedicados à edificação da imagem dos deputados, correspondem a 42% dos custos totais. Os campeões, responsáveis por 55% de todos os gastos nesse item, são:

Assessoria/Consultoria	55% do total da categoria
<i>Aylton Gomes</i>	88.500
<i>Leonardo Prudente</i>	50.120
<i>Benício Tavares</i>	43.430
<i>Alírio Neto</i>	43.000
<i>Cristiano Araújo</i>	41.900

Em seguida vêm as despesas com aluguel de imóveis. Quatro deputados, sozinhos, responderam por 61% das despesas totais da Câmara Legislativa referentes a esse item. São eles:

Aluguel de imóvel	61% do total da categoria
<i>Jaqueline Roriz</i>	52.212
<i>Chico Leite</i>	49.660
<i>Cristiano Araújo</i>	49.159
<i>Dr. Charles</i>	45.329

Em Brasília, o aluguel mensal de um escritório de 50 metros quadrados no Setor Comercial Sul ou Norte sai por cerca de R\$ 1.300. Ou seja, em conjunto, esses quatro deputados distritais gastaram o suficiente para alugar cerca de 15 desses escritórios durante os dez meses informados.

Os campeões de gastos em cada uma das demais categorias foram os seguintes (os percentuais indicados correspondem à parcela que os gastos de cada grupo de parlamentares representou no total de gastos da categoria).

Divulgação	75% do total da categoria
<i>Cabo Patrício</i>	89.069
<i>Paulo Tadeu</i>	60.677
<i>Dr. Charles</i>	60.605
<i>Erika Kokay</i>	46.543
<i>Leonardo Prudente</i>	35.339
<i>Batista das Cooperativas</i>	34.053



Veículo	76% do total da categoria
<i>Brunelli</i>	36.000
<i>Rôney Nemer</i>	30.000
<i>Benício Tavares</i>	23.430
<i>Paulo Roriz</i>	23.150
Máquinas e equipamentos	76% do total da categoria
<i>Raad Massouh</i>	30.220
<i>Alírio Neto</i>	10.500

Rio Grande do Sul

Na Assembleia Legislativa gaúcha, cada um dos 55 deputados conta com uma cota mensal que pode chegar a R\$ 17.690 para cobrir despesas alegadamente realizadas no exercício do mandato. Em 2007 os deputados que estavam em exercício em dezembro gastaram cerca de R\$ 6,7 milhões, distribuídos da seguinte maneira:

Categoria	Montante (R\$)	%
<i>Combustíveis</i>	3.025.804	45%
<i>Correios e telefone</i>	1.982.441	29%
<i>Custos gráficos</i>	773.847	12%
<i>Materiais diversos</i>	589.943	9%
<i>Passagens</i>	351.732	5%
Total	6.723.768	

Também nesse estado o principal gasto se refere a combustíveis: 45% de todos os gastos. As regras da Casa estabelecem que cada deputado pode ser reembolsado em até R\$ 6.100 por mês por conta de combustíveis. Quase todos os parlamentares aproveitam esse privilégio integralmente.

Considerando-se que com R\$ 1 se rodam 4,4 km, disso resulta que os deputados gaúchos gastaram em 2007 combustível suficiente para percorrer 13,2 milhões de quilômetros. A distância entre Porto Alegre e Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, é de 634 quilômetros. Ou seja, o combustível declaradamente gasto pelos deputados estaduais gaúchos seria suficiente para realizar 10.400 dessas viagens de ida e volta, ou 15 viagens por mês por deputado. Imaginando-se cerca de 16 horas por viagem, isso corresponde a um total de 240 horas passadas todos os meses dentro de um automóvel indo e voltando entre Porto Alegre e Uruguaiana.

Diferentemente do que acontece com o Distrito Federal, no Rio Grande do Sul os deputados não se diferenciam demasiadamente entre si quanto à composição dos gastos em que incorrem. O principal item em que há diferenças mais marcantes entre os gastos dos parlamentares são passagens aéreas nacionais. Cinco deputados (Fabiano Pereira, Aloísio Classmann, Adroaldo Loureiro, Alexandre Postal e Elvino Bohn Gass) foram responsáveis, sozinhos, por 31% dos R\$ 351 mil gastos com esse item em 2007.



São Paulo

Os 94 deputados estaduais paulistas despenderam em 2007 um total de R\$ 14,660 milhões com despesas de gabinete. A distribuição por itens foi a seguinte:

Categoria	Montante (R\$)	%
<i>Aluguel e custos relacionados (*)</i>	3.357.712	23%
<i>Combustíveis</i>	2.543.712	17%
<i>Consultorias:</i>	2.498.900	17%
<i>Divulgação</i>	3.168.084	22%
<i>Materiais de escritório e outras despesas</i>	1.838.940	13%
<i>Viagens</i>	1.252.776	9%
Total	14.660.125	

** A AL de SP agrega custos com telefone a despesas com água, luz etc. Por isso, na presente agregação eles estão somados aos custos com aluguéis.*

Isso dá uma média de R\$ 155.959 por deputado. Diferentemente do que ocorre em outras Casas legislativas, os gastos declarados pelos deputados paulistas são muito variáveis, entre o mínimo de R\$ 59.669, ressarcidos a Marcos Zerbini, ao máximo de R\$ 204.294, a Enio Tatto. Doze deputados gastaram no ano mais de R\$ 200 mil:

Deputado	Montante (R\$)
<i>Enio Tatto</i>	204.295
<i>Conte Lopes</i>	204.240
<i>Vicente Cândido</i>	203.685
<i>Maria Lúcia Prandi</i>	203.577
<i>Analice Fernandes</i>	203.310
<i>Carlinhos Almeida</i>	202.827
<i>Afonso Lobato</i>	202.265
<i>Roberto Moraes</i>	201.440
<i>Hamilton Pereira</i>	201.430
<i>Sebastião Almeida</i>	201.413
<i>Célia Leão</i>	201.203
<i>Jonas Donizette</i>	200.119

Os deputados Feliciano Filho, Raul Marcelo, Orlando Morando, Carlos Giannazi, Celso Giglio, Célia Leão e Ana do Carmo gastaram menos de R\$ 100 mil (de dois deputados, José Augusto e João Cândido, não há informações, podendo significar que não tiveram tais despesas ou que não as declararam).

Só com combustíveis, os deputados estaduais paulistas gastaram o suficiente para percorrer 11,1 milhões de quilômetros, o que em média corresponde a cerca de 900 litros de gasolina, ou 10 mil quilômetros, por deputado por mês.

O dinheiro gasto com viagens (passagens aéreas etc.), mais de R\$ 1,2 milhões, permitiria a cada um dos 94 deputados percorrer de avião 66,6 mil quilômetros durante o ano.

Os campeões de gastos em cada uma das categorias foram os seguintes (os percentuais indicados correspondem à parcela que os gastos de cada grupo de parlamentares representou no total de gastos da categoria).



Aluguel e custos relacionados	24% do total da categoria
<i>Campos Machado</i>	178.991
<i>Rogério Nogueira</i>	109.551
<i>Celino Cardoso</i>	105.570
<i>Adriano Diogo</i>	90.339
<i>Carlinhos Almeida</i>	89.928
<i>Pedro Tobias</i>	80.410
<i>Mário Reali</i>	77.931
<i>Roberto Moraes</i>	74.593
Combustíveis	24% do total da categoria
<i>Roberto Engler</i>	60.662
<i>Davi Zaia</i>	57.157
<i>Roque Barbieri</i>	53.151
<i>Donisete Pereira Braga</i>	52.184
<i>Roberto Moraes</i>	52.017
<i>Rodolfo Costa e Silva</i>	51.600
<i>Roberto Massafera</i>	51.280
<i>Chico Sardelli</i>	47.993
<i>Rodrigo Garcia</i>	46.440
<i>João Carlos Caraméz</i>	45.751
<i>Sebastião Almeida</i>	45.432
<i>Celino Cardoso</i>	45.009
Consultorias	24% do total da categoria
<i>Roque Barbieri</i>	88.000
<i>Célia Leão</i>	79.211
<i>Said Mourad</i>	77.785
<i>Edmir Chedid</i>	77.000
<i>Antonio Mentor</i>	75.034
<i>Aparecido Sério</i>	69.315
<i>Uebe Rezeck</i>	68.880
<i>Vicente Cândido</i>	67.121
Divulgação	25% do total da categoria
<i>José Zico Prado</i>	116.482
<i>Enio Tatto</i>	115.900
<i>Simão Pedro</i>	112.553
<i>Ana do Carmo</i>	105.988
<i>Orlando Morando</i>	97.738
<i>Vanderlei Siraque</i>	90.434
<i>José Bruno</i>	84.189
<i>Alex Manente</i>	78.250



Materiais de escritório e outras despesas	26% do total da categoria
<i>Edson Ferrarini</i>	114.538
<i>Jorge Caruso</i>	94.418
<i>Baleia Rossi</i>	58.108
<i>Jonas Donizette</i>	56.892
<i>Ed Thomas</i>	55.852
<i>Aloisio Vieira</i>	49.235
<i>Milton Leite Filho</i>	45.464
Viagens	26% do total da categoria
<i>Luis Carlos Gondim</i>	52.244
<i>Rogério Nogueira</i>	46.337
<i>Analice Fernandes</i>	42.017
<i>Dárcy Vera</i>	40.341
<i>Edson Ferrarini</i>	39.733
<i>Chico Sardelli</i>	33.383
<i>Antonio Salim Curiati</i>	33.364
<i>José Bittencourt</i>	32.516

Diárias

As únicas Assembléias Legislativas que prestam informações sobre diárias pagas em viagens realizadas por seus deputados são as do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e, a partir de novembro, o Rio de Janeiro (por isso, as viagens dos deputados estaduais fluminenses ainda não estão incluídas no Excelências nem neste levantamento).

Espírito Santo

De acordo com as informações publicadas na AL do Espírito Santo, em 2007 pagaram-se 122 diárias relativas a viagens, perfazendo um montante total de R\$ 60.477. Os que mais viajaram, tendo consumido 57,4% desse dinheiro, foram:

Nome	Diárias	Montante (R\$)
<i>Luciano Pereira</i>	24	11.039
<i>Luzia Toledo</i>	15	10.868
<i>Cacau Lorenzone</i>	11	5.130
<i>Jose Ramos Furtado</i>	9	4.180
<i>Claudio Vereza</i>	7,5	3.477

Rio Grande do Sul

Em 2007, no Rio Grande do Sul, a Assembléia pagou um total de 3.380 diárias a seus deputados. Conforme informado no sítio de Internet da AL do RS, aplicam-se as seguintes regras à concessão de diárias: Viagens dentro do país: R\$ 578,23; Países do Mercosul, limítrofes e da América Central: US\$ 300,00; Países da América do Norte, África, Ásia e Oceania: US\$ 400,00; Países da Europa: € 400,00; Máximo de diárias no ano: 84.

Três deputados estaduais gaúchos atingiram esse máximo. Na tabela seguinte, aqueles que mais viajaram.



Nome	Díárias
Abílio dos Santos	84
Adroaldo Loureiro	84
Ivar Pavan	84
Adolfo Brito	83,5
Fabiano Pereira	82
José Sperotto	82
Álvaro Boessio	81
Kalil Sehbe	81
Frederico Antunes	80,5
Giovani Cherini	80
Marco Peixoto	80
Paulo Brum	80

